

-----ACTA N.º 03-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2012, pelas 18.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2011, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2011, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**3.º Ponto** - Discussão e votação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2012 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**4.º Ponto** - Conhecer e tomar posição sobre o Relatório n.º 1684/2011 da IGF– Auditoria ao Município de Torres Vedras – Controlo dos impactos financeiros do PPTH e do PREDE nos Municípios, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**5.º Ponto** – Discussão e votação de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, aprovado para 2012, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**6.º Ponto** – Autorizar a Câmara Municipal a concessionar, por concurso público o bar/esplanada sito na Praça Central do novo Mercado Municipal de Torres Vedras, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**7.º Ponto** – Homologar a assunção de compromissos plurianuais adjudicados a partir de 22 de fevereiro, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;--

-----**8.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – Contrato de Fornecimento de energia elétrica para a Escola EB1/JI de Dois Portos, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

-----**9.º Ponto** - Autorizar a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual – aquisição de terrenos a Maria Teresa Marçal – Linhas de Torres Vedras – Forte de Olheiros e S. Vicente, tendo presente o disposto no n.º 1 do art.º 22.º do Decreto Lei 197/99 de 08.06, e na alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21.02, respectivamente;-----

-----**10.º Ponto** – Aprovar Acordos de regularização de dívida com fornecedores, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

-----**11.º Ponto** – Discussão e votação do projeto de Regulamento para a criação da área protegida das Serras do Socorro e Archeira, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 3 do art.º 53 da lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**12.º Ponto** – Tomar conhecimento do início de procedimento administrativo para desafetação do domínio público de três parcelas de terreno;-----

-----**13.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação.-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria Ribeiro Neves, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco Cruz Branco da Silva, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, José Manuel Cristóvão, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Inácio, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Bernardino Eugénio Jorge e Guilherme Manuel Ferreira.-----

-----Faltaram os membros Sérgio Armando Lopes Gomes, João Francisco Mota Tomás e Paulo Jorge Marques Marreneca.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Maria Paula da Silva R. Paulo Lopes, Ana Brígida A. M. Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

**APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:** -----

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que as actas n.º 6 de 21.11.11, n.º 7 de 21.12.11 e n.º 1 de 24.02.2012 que foram previamente distribuídas por todos os membros, se encontravam na mesa para eventuais correcções.-----

-----O membro Jorge Ferreira entregou na mesa o pedido para que fosse acrescentada à sua intervenção na ata n.º 1 de 24 de Fevereiro a fls 142 o seguinte:-----

-----“O Sr. Jorge Ferreira começou por afirmar que a forma como estão ser comunicadas as medidas em relação ao Centro Hospitalar é coerente com o que tem sido prática corrente deste governo em diversas áreas.-----

-----Deixa-se cair a notícia, ou um estudo, segundo o qual tudo é para fechar, numa espécie de terapia de choque: fecha-se tribunais, extingue-se metade das freguesias, pára-se as obras em todas as escolas, fecha-se todos os centros de novas oportunidades e outras semelhantes.-----

-----Depois do primeiro impacto e de ser lançado o alarme social, o governo começa então a dialogar, a rever os estudos e acaba por anunciar que afinal irá encerrar apenas metade, ou um terço, dos serviços, e é suposto que a população fique aliviada e até agradecida.-----

-----Afinal o governo vai retirar apenas metade dos direitos e não a sua totalidade. Não nos revemos nestas políticas nem na forma artilosa de comunicá-las”.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento e aprovou por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas.-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

**DOCUMENTO 1:**-----

-----E-mail, do Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 5 de Abril, a enviar cópia do ofício número 3784, remetido ao Sr. Presidente da ARS-LVT, sobre o Centro Hospitalar de Torres Vedras, em que solicita explicações pelas afirmações públicas deste dirigente, em tudo contraditórias com as declarações igualmente públicas do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.-----

**DOCUMENTO 2:**-----

-----E-mail do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, de 12 de Abril, a enviar cópia do ofício número 3886, remetido ao Senhor Ministro da Saúde sobre o Centro Hospitalar de Torres Vedras, no qual demonstra como a concentração das urgências de Peniche e Torres Vedras nas Caldas da Rainha não é fundamental, como declarado pelo ministro no jornal Público no dia 05.04.12.-----

**DOCUMENTO 3:**-----

-----E-mail, do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, de 18 de Abril a enviar cópia do ofício remetido ao Senhor Ministro da Saúde em 17 de Abril, sobre as urgências médico-cirúrgicas em Torres Vedras dando dados sobre o registo de mortes no transporte de ambulância antes de chegarem ao hospital da cidade, que fica no máximo a 12 Km, e questionando sobre quantos morrerão depois de fazerem 40 Km até às Caldas da Rainha.-----

**DOCUMENTO 4:**-----

-----E-mail, do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, de 19 de Abril a enviar cópia da

informação referente à audição parlamentar relativa às urgências médico-cirúrgicas.-----

**DOCUMENTO 5 :**-----

-----Ofício número FP -058/2012, da Federação Nacional dos Professores, de 23.04.2012 a manifestar a sua preocupação com o facto da administração educativa estar a desenvolver um processo com vista à agregação de escolas, no que vulgarmente se tem designado por “mega-agrupamentos”.-----

**DOCUMENTO 6:**-----

----Ofício número 4726, da Câmara Municipal de Torres Vedras, da presente data, a remeter o voto de protesto, aprovado por unanimidade na reunião do Executivo realizada em 24 de Abril, sobre a Portaria 106/2012 de 18 de Abril segundo a qual fica “...afeta às despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios, uma verba de 5% da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo ao ano de 2011, a arrecadar em 2012”.-----

**JUSTIFICACÃO DE FALTAS:**-----

**DOCUMENTO 7:**-----

----Presente e-mail de Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, de 23 de Abril, a justificar a sua falta à sessão de 24 de Fevereiro último, por motivo de força maior.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou a justificação de falta apresentada.-----

----Por indicação dos líderes das bancadas do PS e PSD, o Sr. Presidente da Mesa, informou que se encontram presentes o Sr. Bernardino Eugénio Jorge e Guilherme Ferreira em substituição da António Carneiro e Maria João Alves, ao abrigo da legislação em vigor.-----

----Teve início o Período Antes da ordem do dia.-----

**FEIRA DA SAÚDE- 2012:**-----

----A *Sra. Susana Neves* deu nota que na 5.º edição deste certame foram trabalhadas 14 temáticas, das quais salientou a agricultura biológica, a algiologia e os serviços de apoio à comunidade.-----

----Agradeceu em nome pessoal a divulgação do projeto “humanizar o fim de vida”que sendo financiado por 18 autarquias do concelho, já constitui um projeto de saúde com grande impacto na população torriense, com doenças incuráveis e terminais e cujas conferências apresentadas no certame, transversalizaram a discussão em torno de temas das doenças raras, psiquiatria, saúde oral, tabagismo e outros.-----

----Deixou como sugestões para a próxima feira a discussão de temas em torno das doenças, cancerosas, tuberculosas, doenças obsessivas/compulsivas, a esquizofrenia no seio familiar, a depressão e o seu impacto no meio laboral e as doenças neurodegenerativas raras como a doença de Corpus Levy.-----

----Sugeriu ainda o convite a fundações e associações portuguesas como a Bial, Champalimaud,

Associação pela Dignidade na Vida e Morte, entre outras.-----

-----Espera que o município continue a investir neste certame, dando os seus parabéns-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

**REFORMA DO MAPA JUDICIÁRIO:**-----

----*O Sr. João Pedro Gomes* reportou-se à reforma do mapa judiciário que já tinha referido na sessão anterior para questionar o ponto da situação no que se refere ao concelho uma vez que tem conhecimento de reuniões entre a Câmara e alguns operadores judiciários. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ARRUAMENTOS – ARENA SHOPING:**-----

----*O Sr. João Pedro Gomes*, questionou se os arruamentos adjacentes não teriam sido alguma contrapartida do promotor do Arena Shopping para obter o licenciamento da obra. Fez notar que a camada de alcatrão está para regularizar há algum tempo e a rotunda ainda não está concluída, entre outras coisas que são necessário fazer e que não estão feitas.-----

----*O Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata de um loteamento, que não tem a sua receção definitiva feita, competindo ao loteador concluir os arruamentos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**OBRAS NA LARGO DE S.PEDRO:**-----

----*O Sr. João Pedro Gomes* não pondo em causa a execução destas obras, que considera uma boa opção, pois vai permitir requalificar esta zona da cidade, mas que no entanto tem causado alguns transtornos ao comércio local, pelo que gostaria de saber qual a previsão temporal para a sua conclusão.-----

----*O Sr. Presidente da Câmara* informou que a circulação automóvel será reposta em Junho, estando previsto a conclusão das obras para Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento -----

**COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL/2012 – PÓLIS - REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO**

**LOCAL – COMISSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----O Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, *Sr. Carlos Gomes* felicitou as comemorações do 25 de Abril que tiveram lugar na Ventosa .-----

----*O Sr. Luís Carlos Lopes* interveio para tecer alguns comentários sobre o discurso proferido pelo Sr. Presidente da Câmara nas comemorações em causa, que considerou conter imensas inexatidões e no qual atacou o governo, o PSD nacional e o PSD local, esquecendo que o PSD local tem estado ao lado da Câmara Municipal e da maioria PS de Torres Vedras para lutar em sua defesa, nomeadamente na questão do hospital.-----

----Começou por referir-se ao Pólis fazendo notar que são favoráveis à manutenção destes contratos, e que lamentam que a situação se arrasta desde 2001, mas não pode culpar o PSD pois

esta força partidária só está no governo há cerca de 10 meses.-----

----A este propósito deu nota que no dia anterior o PSD local tentou, junto do governo, perceber qual era a situação do QREN, tendo tomado conhecimento das dificuldades que existem, que não são partidárias mas que são de ordem técnica e que dificultam a tomada de decisão, que está a cargo do Ministro das Finanças, mas também não pode esquecer que foi o governo Sócrates que pediu ajuda internacional e que os levou à situação atual.-----

----Também não gostou da forma desagradável como no seu discurso o Sr. Presidente da Câmara se referiu à falta de resposta a um ofício, por parte do Secretário de Estado da Saúde, tendo ele na sua posse um mail do dia 4 de Abril que faz referencia ao envio do mesmo.-----

----Ainda no discurso, considerou que roçou a desonestidade intelectual e política quando se referiu à comissão da reforma da administração local, da qual ele só começou a fazer parte quando o membro Marco Claudino iniciou funções no governo.-----

----Confirmou que fizeram reuniões com algumas juntas e ao longo de três sessões da Assembleia Municipal veio dizer que era importante a presença da Câmara neste processo, tendo inclusive solicitado em 7 Novembro, uma reunião ao Presidente da Câmara com esse pressuposto, o que foi negado.-----

----Lembrou que o Presidente da Câmara, inicialmente colocou-se de fora desta discussão, mas depois veio dizer que deviam esperar pela legislação, que foi aprovada no dia 13 de abril pela Assembleia da República e cujo clausulado diz que as Câmara municipais podem ter participação.---

----Trocou então algumas palavras com o edil, que disse que se calhar teria que esperar pela reunião política do PS que teria lugar no dia 20.-----

----Classificou de lamentável, atroz e inqualificável que o Presidente da Câmara tenha tentado dizer no seu discurso que a comissão não trabalha, quando fizeram o que ele solicitou, ou seja esperar pelo documento final. Agora que o mesmo foi publicado considera que é o momento certo de discutirem a reforma.-----

----Entende que a Câmara Municipal tem que participar neste processo, pois não será ele que é amador que vai fazer a proposta, que será certamente fruto do trabalho dos muitos técnicos da autarquia sob a orientação do Presidente.-----

----Ainda em relação às comemorações do 25 de Abril, declarou ter gostado do discurso do membro Jorge Ferreira, e aproveitou para lembrar que é necessário pensar bem as dezenas de obras que estão planeadas, as quais devem priorizar pois nunca mais vai haver tanta disponibilidade financeira.-----

----O autarca da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão**, começou por agradecer à Câmara Municipal a cedência dos autocarros para a manifestação de repúdio à extinção de freguesias realizada no dia 31 de Março, onde estiveram presentes a grande maioria dos seus colegas presidentes de junta e dezenas de populares do concelho de Torres Vedras.-----

-----Depois manifestou a sua grande preocupação com esta reforma, considerando que se das 400 Câmaras do país, 100 negarem-se a participar, esta reforma não vai avante, sendo esta a posição que espera que a Câmara Municipal de Torres Vedras assuma, pois entende que o território vai ficar ingovernável.-----

-----Informou que irá entregar á mesa da Assembleia uma moção que fez contra esta política que está a ser feita contra as freguesias que são o elo mais fraco e o elo mais forte do poder local. -----

-----Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por aludir à intervenção do membro Luís Carlos Lopes quando à grave acusação de desonestidade política nos atributos que deu no seu discurso do 25 de Abril à comissão de acompanhamento da reforma da administração local.-----

-----Assim, disse que o membro não devia ter levado a peito aquelas palavras, pois não era nele que estava a pensar e sabe de quem partiu a iniciativa de apressadamente propor a criação desta comissão. Mas também sabe que a proposta foi da inteira responsabilidade do PSD e ninguém lhes encomendou a mesma, recordando a atitude de expectante do PS por achar que não havia necessidade para tal.-----

-----Lembrou que até ao dia de hoje, o trabalho da comissão resume-se a reuniões com algumas juntas e promessas de salvação a presidentes de junta, que hoje se confirma que não existe, como já não existia então.-----

-----Também pensa que, com a experiência do membro Luís Carlos Lopes teria sido fácil a esta comissão estabelecer critérios cegos que poderiam ser aplicáveis mais tarde quando a legislação fosse aprovada, mas nem isso fizeram. -----

-----Prosseguiu indicando que o membro não o pode acusar de dizer que a comissão nada fez, quando não há uma linha escrita, um relatório produzido nos seis meses que esteve em efectividade.-

-----Relativamente ao normativo legal em causa, assinalou que diz que a Câmara Municipal pode ter iniciativa, mas também pode não ter e faz só uma simples informação.-----

-----Deu nota que entende ele e o seu partido que a Câmara Municipal deve apresentar uma proposta, porque não confiam na maioria PDS/CDS na Assembleia da República, pois estes deputados parlamentares não conhecem Torres Vedras, nem as freguesias, nem os torrienses, e a proposta que virá de lá será uma incógnita, por isso preferem assumir esses ónus.-----

-----Aproveitou para lembrar a impensável proposta da extinção das urgências médica cirúrgicas de Torres Vedras feita pelo governo.-----

-----Reportando-se ao autarca da Carvoeira, disse perceber a razão de ele querer que a Câmara Municipal nada fizesse, mas como já disse e defendeu junto dos seus pares, prefere ter o destino das freguesias do concelho de Torres Vedras nas suas mãos, do que nas mãos de outros.-----

-----Ainda em relação à intervenção do líder da bancada do PSD disse que desonestidade política está presente na visita que fizeram à Freguesia de S. Pedro da Cadeira sem anunciar e virem para os

jornais fazer afirmações distintas da realidade. É dizer que o PS só está interessado na cidade e não investe nas freguesias quando vão às comemorações do 25 de Abril, numa escola de 4 milhões, e inauguram um campo relvado que votaram contra. Para ele isso é que é desonestidade política, ou seja é ignorar o conhecimento que têm e afirmar absolutamente o contrário.-----

-----No tocante ao mail com a data de 4 abril que referiu vindo do Secretário de Estado da Saúde, informou que apenas chegou hoje à Câmara Municipal, se bem que para ele um ofício responde-se com um ofício.-----

-----No que concerne ao Pólis e às aludidas dificuldades técnicas mencionadas pelo membro, disse que é mentira e fez uma breve síntese do que poderá ser o procedimento por parte do governo para que o financiamento seja uma realidade e que as obras se concretizem, para o qual só falta a palavra da Ministra, que faz parte do conselho ministerial que avalia os processos QREN.-----

-----Pedi a palavra novamente o **Sr. Luis Carlos Lopes** que relativamente ao Pólis deu nota que no dia anterior houve um contacto com a assessora da Ministra do Ambiente, para tentar perceber qual o ponto de situação, com a resposta que era difícil para Torres Vedras e Viana do Castelo.-----

-----Em relação às freguesias, de facto achou que deviam deixar passar o tempo e que nem os critérios que o edil referiu a comissão estava em condições de elaborar.-----

-----Continuou indicando que a comissão planeava agora retomar os seus trabalhos e tinham pensado solicitar uma reunião ao Presidente assim como alguma assessoria técnica, mas como pelas palavras do Sr. Presidente inferiu que a Câmara Municipal vai apresentar uma proposta que depois enviará à Assembleia para ser discutida, não pedirá a extinção da comissão, mas irão aguardar o documento para depois fazerem um trabalho posterior.-----

-----O **Sr. Vale Paulos** mostrou-se bastante admirado com esta posição do coordenador da comissão. Se não foi extinta parece, e gostaria de ser esclarecido, pois ao fim de 6 meses nem sequer foi elaborado um relatório.-----

-----Lembrou que o que a comissão lhes transmitiu é que não tinha condições de fazer o seu trabalho e estava á espera da lei, mas agora acabaram de ouvir que estão à espera da proposta da Câmara.-----

-----Agora que a lei definiu todos os critérios, a realidade é que em Torres Vedras o governo extinguiu 6 freguesias.-----

-----No seu entender não tem lógica a comissão da Assembleia colar-se a uma hipotética hipótese de proposta do Presidente da Câmara, pois a Assembleia Municipal é um órgão autónomo, deve exigir o relatório da comissão, sob pena de se extinguir já hoje.-----

-----O **Sr. Luis Carlos Lopes** respondeu que é totalmente contra a duplicação de trabalhos e a Assembleia Municipal não tem apoio administrativo nem técnico para este efeito.-----

-----Se há um órgão com idoneidade do município que vai trabalhar no assunto, não concorda com a duplicação de trabalhos. É uma questão de eficiência, e acha ridículo a comissão ir elaborar um

relatório e a Câmara também, sabendo da maioria socialista que existe em ambos os órgãos que certamente não irão votar contra a proposta do Presidente da Câmara.-----

-----Tomou a palavra o Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, **Sr. Horácio Silva** para manifestar a sua baralhação com o que ouviu nas últimas sessões.-----

-----Hoje ouviu dizer que a lei já definiu que em Torres Vedras extingue-se 6 freguesias, então não merece a pena estarem a trabalhar.-----

-----Concorda que não merece a pena terem uma comissão, pois esta nada fez e ainda acusou os presidentes de junta de estarem calados. Ficou à espera do trabalho da comissão e está surpreendido por o membro Luis Carlos Lopes ter dito que havia um entendimento de que mais valia parar e esperar pela lei.-----

-----No que diz respeito à junta que preside, ouviu dizer que será uma das juntas visadas, mas não está satisfeito e fará chegar à Câmara Municipal uma exposição, que foi exigida por todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia que reuniu na passada sexta-feira.-----

-----Aproveitou para assinalar que ninguém lhe soube explicar a razão de ter que ser Santa Maria e lamenta que politicamente ninguém teve uma palavra com ele sobre este assunto pois o que sabe ouviu nos “corredores”.-----

-----Também fez notar que inicialmente ouviu o Sr. Presidente da Câmara que não tinha nada a ver com este assunto, mas depois ouviu que se ia meter.-----

-----Nesta altura interveio o **Sr. Presidente da Mesa** para dizer que finalmente tinham uma lei que põe o assunto em dois instrumentos locais, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Como já foi dito a Câmara Municipal emitirá um documento e a Assembleia Municipal dará o seu parecer.---

-----Consequentemente pensa que a comissão deve ser extinta a partir de hoje, proposta que colocou aos presentes.-----

-----Aproveitou para fazer notar que não foi fácil a esta comissão fazer algum trabalho, tendo presente o documento disponível sobre a matéria e também devido à indisponibilidade de algumas juntas para reunir.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** observou que poderia ser criada uma nova comissão, incluindo os presidente de junta para, em parceria com a Câmara Municipal, estudar e avaliar o processo.-----

-----O **Sr. Presidente da Mesa** disse não ver interesse em criar uma nova comissão até porque por imperativo da lei estão limitados no tempo, ou seja têm 90 dias para o efeito.-----

-----Há uma lei e há que respeitá-la e quer a Câmara Municipal quer a Assembleia Municipal terão o seu tempo de discussão sobre o assunto.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** começou por alertar que esta questão de agregação das freguesias pode vir a assumir algum dramatismo compreensivo no contexto das freguesias visadas.--

-----Assim louvou a coragem do Edil que anunciou que posição vai tomar e neste contexto acha que

a comissão deve ser extinta e quando vier a sua proposta, na consideração que será do interesse até do próprio proponente que tenha o mais alargado consenso possível, então verão qual a metodologia que a Assembleia adotará para a acolher.-----

-----Pedi de seguida a palavra o *Sr. Jorge Ferreira* para em nome do Grupo Municipal do PS saudar a cerimónia do 25 de Abril, onde muitos dos presentes estiveram.-----

-----Começou por saudar a riqueza das intervenções que ali foram produzidas, e que na sua diversidade e na pluralidade de opiniões, permitiram-lhes extrair a conclusão de que abril e as razões que lhe deram origem, mantêm-se tão actuais como nunca.-----

-----Depois saudou também o modo como foram recebidos na freguesia de Ventosa e na pessoa do professor Carlos Veloso, saudou todos os membros dos órgãos da freguesia e todos os que contribuíram para refeições, em ambos os locais onde se deslocaram.-----

-----Saudou ainda a população em geral que participou de forma massiva que denota a sua vontade, numa data tão significativa como é o 25 de abril, estar próxima dos seus eleitos, o que mais os deve responsabilizar e obrigar a ponderar na actualização urgente dos valores de abril, que naquela sessão solene teve ocasião de sublinhar e agora reitera, nomeadamente no que toca, à participação cívica e de cidadania e por conseguinte ao aprofundamento de democracia, sem esquecer a respectiva ética republicana inerente ao exercício dos cargos públicos, para os quais estão eleitos.-----

-----Por último mas não menos importante, referiu-se aos direitos sociais e desde logo a questão do direito ao acesso de saúde, que foi quase transversal a todas as intervenções que ali foram aduzidas, mas não só o direito à saúde no qual Torres Vedras está a ser neste momento visada, pela ação do governo, e que por conseguinte deve mobilizar todos acima das correntes partidárias, vestindo a camisola de torrienses.-----

-----Assim disse que devem pugnar para que não percam direitos adquiridos porque sem os quais terão uma população mais pobre, mais desprotegida, com índices que foram conquistados a nível de esperança de vida e de mortalidade infantil a verem-se postos em causa e de forma abrupta.-----

-----Pensa que ninguém quer perder, que ninguém quer deitar por terra, conquistas civilizacionais que demoraram 38 anos a conquistar e perante as quais há ainda um longo caminho a percorrer, e que com a união e todos, conseguirão alcançar, sob pena de, não só na saúde, como na educação, como na proteção do desemprego e na proteção social, assistirem ao retrocesso civilizacional como não há memória em Portugal, pelo menos em democracia, e voltarem ao obscurantismo de uma ditadura que durou 48 anos.-----

-----Concluiu deixando votos de que a Assembleia Municipal saiba unir-se acima daquilo que os divide, colocar o que os deve realmente unir e responsabilizar enquanto eleitos locais em nome de Abril e deixar mais uma vez um viva ao 25 de Abril perante todos.-----

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino colocou à votação a

extinção da Comissão de Acompanhamento da Reforma da administração Local, que a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade.-----

**VISITA DO PSD À FREGUESIA DA S. PEDRO DA CADEIRA:**-----

-----O Presidente de junta de freguesia de São Pedro da Cadeira, *Sr. Carlos Gomes*, interveio para dirigir algumas palavras ao grupo municipal do PSD que recentemente visitou a freguesia que preside, assinalando que teria tido todo o gosto de os ter recebido, pois entende que um presidente de junta deve servir toda a população, independentemente de ideologias ou cores partidárias.-----

-----Conforme texto editado no jornal Badaladas sobre a visita onde se lia “freguesia estagnada e falta de investimento” lembrou os colegas que os investimentos realizados estão disponíveis para consulta na Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Deu nota também de alguns investimentos realizados em S. Pedro da Cadeira durante o presente mandato: em 2010 - macadamização das vias - €21.000 em 2011 pavimentação e arruamentos em coutada €120.000, pavimentação de Arruamentos em Casal do Pinheiro €16.000, pavimentação e em 2012 arruamentos em Cambelas 375.000 e pavimentação em Assenta €300.000 ao que acresce as obras de saneamento na freguesia com o total de €1220.000.-----

-----Aproveitou para agradecer ao edil e a todos os elementos da sua equipa, o apoio e esforço nas obras em conjunto que têm realizado .-----

-----Disse que querem mais e não estão realizados, mas estão conscientes das dificuldades atuais não obstante concluir projetos agendados no sentido de melhorar ainda mais as condições da população da freguesia.-----

-----Por fim, ao líder da bancada social democrata, Sr. Luís Carlos Lopes que se pronuncia sobre a gestão do executivo da freguesia ter ficado estagnado nos últimos três anos após a mudança de presidente convidou-o a fazer nova visita.-----

-----Não pretende nem quer fazer comparações com o anterior presidente, apenas pretende fazer o seu melhor, e acha que merece o respeito de todas as forças políticas pelo empenho e dedicação que tem demonstrado ao serviço das freguesias.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que estão num debate democrático e cada um tem a sua opinião -

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----O Primeiro secretário da mesa, *Sr. António Fortunato* passou a ler três moções que foram entregues à mesa.-----

**MOÇÃO – URGÊNCIAS MÉDICO CIRURGICAS:**-----

-----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras ao ter reunido a 24 de Fevereiro último, aprovou uma moção que, nos seus objectivos claramente evidenciados pelos termos com que foi redigida, visava, em diálogo sereno e construtivo, alcançar uma solução que preservasse o essencial dos legítimos direitos da população do concelho de Torres Vedras, quanto ao atendimento em urgência

hospitalar.-----

----Passados mais de dois meses, não obstante múltiplas diligências, em especial, do presidente da Câmara Municipal e de uma Comissão de Utentes, verifica, lamentavelmente, que se mantém a intransigência do Ministério da Saúde no propósito de reduzir a Urgência Hospitalar de Torres Vedras a uma Urgência Básica (confirmam-se, a propósito, declarações públicas recentes do presidente da ARSLVT e do ministro da Saúde).-----

----Uma Urgência Básica é um serviço de atendimento próprio de um Centro de Saúde, sem resposta para situações graves como, por exemplo de pessoas poli traumatizadas, ou atingidas por enfarte ou por AVC. Muito menos é uma Urgência Pediátrica.-----

----Mesmo a actual Urgência Hospitalar que é Médico-Cirúrgica, não raro, é forçada a reencaminhar os doentes e sinistrados para o terceiro nível de urgência — Urgência Polivalente — localizada esta nos Hospitais Centrais de Lisboa.-----

----No acesso à actual Urgência Médico-Cirúrgica de Torres Vedras, no transporte de ambulância a partir do interior do concelho, no último ano, faleceram em média mensal oito pessoas, por paragem cardio-respiratória.-----

----Perante a obsessiva teimosia do Ministério da Saúde em limitar os torrienses a uma Urgência Básica, remetendo-nos para uma Urgência Médico-Cirúrgica nas Caldas da Rainha, com os posteriores reencaminhamentos das Caldas para Lisboa - como agora se verifica no reencaminhamento de Torres para Lisboa - quantas mais mortes em ambulância se irão verificar?----

----Num percurso não superior a 15 Km, num ano, no transporte no interior do concelho de Torres Vedras morrem 96 pessoas.-----

----Então o que se passará se a esse percurso acrescentarmos 40 Km de Torres às Caldas e por reencaminhamento mais 80 das Caldas a Lisboa?-----

----Paralelamente mantendo-se um Serviço de Cirurgia em Torres Vedras, sem Urgência, como é afirmado, que resposta é dada a uma complicação fora das horas normais de serviço?-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de Abril de 2012, serena , construtiva e responsabilmente, face ao quadro que se lhe depara, afirma solenemente:-----

----Este órgão, constituído por cidadãos eleitos, tem por mais nobre competência a defesa dos direitos legítimos e específicos da população do concelho de Torres Vedras;-----

----A vida é um bem supremo e indissociável da nossa matriz sociocultural e civilizacional como tal consagrado em Declarações Universais.-----

----O direito à protecção da saúde é um corolário do direito à vida, constitucionalmente reconhecido;-----

----A ocorrência de situações graves, infelizmente frequentes, atentatórias da vida e saúde dos cidadãos como os referidos poli traumatismos, enfartes e AVCs não consentem que os torrienses,

sejam forçados a um transporte em ambulância superior a 120 Km;-----

----Tal percurso transformaria a A8 num trágico corredor de morte que, em circunstância alguma, pode ser admitido;-----

----Como tal, a Assembleia Municipal de Torres Vedras apela, por isso, aos responsáveis do sector da saúde a serem dignos dos cargos de serviço público em que estão investidos;-----

----Em qualquer caso, esta Assembleia exorta a população torriense a manter e reforçar a mobilização na defesa do bem supremo da vida - da vida de todos e de cada um - que ficaria em acrescido e grave risco se os propósitos do Ministério da Saúde, no respeitante ao concelho de Torres Vedras, se viessem a concretizar.”-----

----Iniciou a discussão deste assunto o **Sr. Luís Carlos Lopes** dizendo que o grupo municipal que dirige iria votar a favor, pois o que querem é a manutenção das urgências médico-cirúrgicas em Torres Vedras, embora lhe custe as relações causa e efeito que constam na moção e que não são possíveis de provar.-----

----Sendo uma moção do PS, esta dá nota das diligências do Presidente da Câmara e da Comissão de Utentes, mas lembrou que o PSD também faz diariamente diligências em defesa desta causa.-----

----O Líder da Bancada do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho**, tendo este assunto sido mais do que discutido, disse que a moção foi escrita com propositada clareza para dispensar intervenções dos seus proponentes.-----

----No entanto, não podia deixar de anotar que sempre interiorizou ao longo dos anos, que em determinadas ocorrências graves como enfartes do miocárdio e AVC, o tempo que medeia a ocorrência e o tratamento é vital e assim sendo os percursos têm influência.-----

----O representante do CDS-PP **Sr. João Pedro Gomes** lembrou que esta força partidária defende a manutenção das urgências médico-cirúrgicas em Torres Vedras pelo o qual irão bater-se, independentemente do partido que esteja no governo, uma vez que têm obrigações para com o concelho e querem o melhor para a sua terra.-----

----Parece-lhe uma situação limite que a moção levanta, que pode acontecer, mas não acredita que chegue a tanto. Relativamente aos 120 km que são referidos, acha que é completamente absurdo que algum governo possa propor porque iria causar graves prejuízos às pessoas.-----

----Concluiu dizendo que irá votar favoravelmente a moção, pois estão do lado do concelho de Torres Vedras para garantir a manutenção das urgências médico-cirúrgicas em Torres Vedras.-----

----O **Sr. Jorge Ferreira** começou por endereçar a questão dos 120 km mencionados na moção, para dizer que também acha que não chegará a tanto, infelizmente não são tão otimistas de que não seja por medidas ponderadas do governo, mas porque em qualquer uma das patologias mencionadas pelo colega José Augusto de Carvalho é impossível, na maioria dos casos, percorrer 120 km vivo.---

----Pensa que todos estão de acordo de que melhor não será certamente, será substancialmente pior

uma vez que estão a falar de triplicação de distâncias e do tempo que lhe é inerente.-----

-----Salientou que aguarda com grande expectativa a resposta à questão que o edil fez ao Sr. Ministro da Saúde de que há data não obteve qualquer resposta e que a mesma venha imbuída de bom senso.-

-----De seguida, em nome da comissão de utentes da qual ele e o membro Maria Quina fazem parte, deu algumas notas sobre a reunião que tiveram imediatamente antes de se dirigirem para a sessão, com um deputado parlamentar do PSD e um do CDS, fruto da petição com 11.252 assinaturas entregues na Assembleia da República, e que virá a ser debatida em plenário.-----

-----Disse que desta reunião lhe ressaltou que ao deputado do PSD assaltam-lhe mais dúvidas do que certezas, e muitas mais do que as que deram garantias e até fizeram capas de jornal e que pretenderam no fundo desmobilizar as pessoas, daquilo que era a sua justa pretensão, contudo há um conjunto de forças vivas que se mobilizaram nesse sentido.-----

-----Para além do que está contido na moção, sublinha que quer a urgência pediátrica quer as complicações que podem ocorrer no bloco operatório sem uma urgência associada, as pessoas terão que andar os tais 40 km e mais 80 perante qualquer complicação pós-operatório.-----

-----Reportou-se ainda ao Hospital do Barro, que tem um serviço de fisioterapia novo e de excelência, canaliza boa parte das consultas externas e tem também internamento de agudos e cuidados continuados, para os quais não há respostas possíveis.-----

-----Assim apela, seja ao PSD seja a quem for, que transmita estas preocupações, porque não se apresentam propostas sem primeiro se apresentar soluções alternativas e adequadas para que as populações não fiquem desprotegidas numa matéria tão sensível como é o caso.-----

-----O membro *Luís Carlos Lopes* lembrou que a última palavra que existe da tutela é que vão avaliar, e que estão a pensar seriamente na proposta que todos os torrienses defendem de manter as urgências médico-cirúrgicas em Torres Vedras.-----

-----Há questões de ordem técnica, mas não há nenhuma palavra nova e como sempre disse, não tem certezas.-----

-----Terminadas as intervenções passou-se à votação tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a moção em epígrafe.-----

**MOCÃO - PORTARIA N.º 106/2012 DE 18.04:**-----

-----“ Por força da Lei 60-A/2011, de 30 de Novembro, o ministro das Finanças fez publicar a Portaria n.º 106/2012, de 18 de abril, mandando que à receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo a 2011 fossem subtraídos 5% para afectar às despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos.-----

-----Constituindo o IMI uma receita dos municípios, verifica-se, no caso de Torres Vedras, o seguinte:-----

-----Existem cerca de 30 mil prédios urbanos em avaliação;-----

-----O Ministério das Finanças paga aos avaliadores, por prédio, entre 0,90 e 5,50 euros;-----

-----Soube-se que, até à presente data, foram pagas cerca de 460 avaliações a um valor médio de 1,60 euros por avaliação;-----

-----Consequentemente, a avaliação dos prédios urbanos localizados no concelho de Torres Vedras dará origem a uma despesa de cerca de 48 mil euros;-----

-----Estima o município de Torres Vedras arrecadar de IMI relativo a 2011 cerca de 8 milhões de euros, pelo que ser-lhe-ão retirados 400 mil euros para suportar uma despesa próxima de 48 mil euros;-----

-----Acresce que o município de Torres Vedras tem 4 técnicos no apoio a este serviço de avaliação.--

-----Nestes termos, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de Abril de 2012, considera que a redução em 5% das receitas municipais de IMI relativo a 2011 (a arrecadar em 2012) é inaceitável porque excessiva, injusta e abusiva.-----

-----Torres Vedras, 27 de Abril de 2012.”-----

-----O *Sr. Sérgio Jacinto* deu nota que o IMI é uma receita dos municípios que é administrada desde há vários anos pela Administração Tributária, a qual cobra 2,5% para a liquidação e cobrança deste imposto.-----

-----Deu nota ainda que decorre durante o ano em curso uma avaliação geral de todos os imóveis do país que terá que ser paga.-----

-----Assinalou que lhe parece que a portaria em causa não está devidamente redigida e a redação deveria ter algo similar a “até um máximo de 5% de receita do IMI”.-----

-----Deste modo teriam o pagamento real do encargo extraordinário que a Administração Tributária terá com a avaliação geral dos prédios, que depois reverterá a favor dos municípios, e não fixando de início uma percentagem de 5% que também lhe parece excessiva.-----

-----Não se registaram mais as intervenções tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, com 38 votos a favor e 2 abstenções a moção em título.-----

**MOÇÃO – CONTRA A EXTINÇÃO DE FREGUESIAS – EM DEFESA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO:**-----

-----“A Assembleia da República aprovou no dia 13 de Abril com os votos favoráveis do PSD e CDS a PL n.º 44/XII que aponta para a extinção de centenas de freguesias.-----

-----Esta legislação a ser promulgada pelo Presidente da República, e a ser aplicada, representaria um grave atentado contra o poder local democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local.-----

-----Considerando que ao contrário do anunciado «reforço da coesão» o que daqui resultaria seria mais assimetrias e desigualdades. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos - em áreas urbanas ou rurais - traduzir-se-ia em mais

atração para os primeiros (os que sobreviverão como freguesias) e mais abandono dos segundos (os que verão as suas freguesias liquidadas). Ou seja, mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos tem e menos pode.-----

----Considerando que ao contrário dos «ganhos de eficiência e de escala» que resultariam da «libertação de recursos financeiros» o que se teria era menos proximidade e resposta direta aos problemas locais com menos verbas e recursos disponíveis. Para além do novo corte de verbas do OE prevista para 2013, as chamadas majorações de 15% para as freguesias “agregadas” saíam do montante global do FFF, ou seja, seriam retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias, e mesmo as prometidas novas competências seriam construídas à custa das verbas dos municípios.---

----Considerando que qualquer reforma administrativa do território que se pretendesse séria, deveria ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições e afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências, que hoje lhe são negados, e ao mesmo tempo concretizar a regionalização como a Constituição da República determina, indispensável a um processo de descentralização que se pretenda coerente, a uma reforma da administração pública racional, ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal.-----

----Considerando que as freguesias representam em termos do Orçamento do Estado - 0,1% do total - e em nada contribuem para a dívida pública, mais clara fica a intenção do governo - atacar o poder local e os direitos das populações ao bem-estar e à satisfação das suas necessidades locais.-----

----Considerando que a liquidação de centenas de freguesias representaria um enorme empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais 20 mil eleitos) ; enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica), o abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e, ainda, mesmo que o neguem, um ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias extintas cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade).-----

----Considerando que a manifestação nacional de freguesias do dia 31 de Março convocada pela ANAFRE e por Plataformas contra a liquidação das freguesias, constituiu uma inapagável resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesias e respectivos órgãos autárquicos, tal como já o fora o Congresso da ANAFRE em 2 e 3 de Dezembro de 2011, o Encontro Nacional de Freguesias de 10 de Março de 2012, assim como as múltiplas manifestações de descontentamento, conjuntas ou de cada freguesia e município.-----

----1 - Manifestar a sua oposição a qualquer proposta de liquidação de freguesias e afirmar a defesa do actual número de freguesias, por aquilo que representam para as populações, com reforço das suas competências e meios financeiros.-----

-----Nenhum órgão autárquico foi eleito com o mandato para liquidar freguesias.-----

-----2 - Apelar às Câmaras e Assembleias Municipais para recusarem ser cúmplices da liquidação de freguesias nos seus concelhos, não aceitando a chantagem da eventual redução de 20% das freguesias a extinguir, como se duma promoção comercial se tratasse.-----

-----Como já se insinua, hoje é a liquidação de freguesias, amanhã serão os municípios.-----

-----3 - Exortar a ANAFRE e ANMP a não pactuarem com este processo, não indicando representantes para a chamada “Unidade Técnica”.-----

-----4 - Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta legislação em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local.-----

-----5 - Apelar a todos os autarcas, aos trabalhadores das autarquias, ao movimento associativo e à população para o prosseguimento da luta e das diversas acções, contra a extinção de freguesias e em defesa do poder local democrático.-----

-----Começou por intervir o **Sr. José Augusto de Carvalho** dizendo que se fosse presidente de uma junta que pelas suas contas fosse visada nesta lei, por muita consideração que tivesse pelo Presidente da Câmara e por muito que prezasse a disciplina de voto no seio da Assembleia Municipal, aprovava esta moção e votava contra a proposta do edil.-----

-----Porem estando noutra posição, e tendo o Sr. Presidente da Câmara dito que vai a apresentar uma proposta tendente a minimizar os estragos, é fiel a essa proposta e nesse sentido irá abster-se compreendendo que outros possam ter outra posição.-----

-----O líder da bancada do PSD **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que o seu grupo iria votar contra pois não se revê, nem objetivamente nem subjetivamente com o que a moção refere.-----

-----Não se podem esquecer que o memorando da troika foi assinado primeiramente pelo Eng.º Sócrates e depois pelo PSD e CDS apenas há um ano atrás, o que todos parecem esquecer.-----

-----Não acha que haja extinção de freguesias, haverá sim fusões e entende que um presidente de junta que eventualmente terá que se associar na união de freguesias, possa ter uma visão diferente, mas não se revêem nos termos, nas conclusões e na própria linguagem, pelo que votarão contra.-----

-----O **Sr. Vale Paulos** disse que, não estava totalmente de acordo com a moção, mas entende que a mesma reflete o sentimento da grande maioria dos autarcas de freguesia do concelho.-----

-----Sempre se manifestou contra qualquer extinção de freguesias, e à falta de melhor proposta irá votar esta favoravelmente mas está disponível para discutir e votar qualquer outra que venha seja apresentada à Assembleia Municipal.-----

-----O autarca do Maxial, **Sr. Celso de Carvalho** questionou se a moção era uma recomendação à Câmara ou dirigida ao governo, questão que foi prontamente esclarecido pela mesa-----

-----De seguida teve a palavra o proponente da moção, **Sr. José Manuel Cristóvão** que começou por dizer que nunca pensou ver extinguir as freguesias que votou a favor da sua criação à 25 anos atrás.-

-----Referiu que no dia 31 de Março, viu muitos dos seus colegas presidentes de junta manifestar o seu total desagrado por esta política entregando a chave simbólica de cada um ao presidente da ANAFRE.-----

-----Lembrou que há uns tempos atrás diziam que o poder local tinha que estar perto das populações, e agora faz-se precisamente o contrário. Acha que o território português é ingovernável se esta lei for para a frente e será um desastre nacional, como o que está a acontecer com o Serviço Nacional de Saúde.-----

-----Fez agora esta moção em defesa da sua freguesia e das dos seus colegas autarcas, mas se eles entenderem que não devem votar, fica bem com eles na mesma. Antes tinham feito uma reunião de trabalho, onde elaboraram um documento que todos assinaram, mas se acharem que a moção está mal serão eles os coveiros das freguesias.-----

-----Por sua vez o Presidente de Junta de Freguesia da Maceira, **Sr. Francisco Inácio** lembrou que na reunião que os vinte autarcas tiveram na Carvoeira, todos se pronunciaram contra a extinção de freguesias e na moção que elaboraram, a qual foi enviada para várias entidades governamentais, defenderam que Torres Vedras tinha condições para manter as 20 freguesias uma vez que se trata do maior concelho do distrito de Lisboa.-----

-----Não tem dúvidas que a defesa das freguesias devia ter sido feita integralmente pela ANMP, e se pelo menos metade das Câmara Municipais assumisse manter todas as suas freguesias, o governo não tinha forças para acabar com nenhuma. Esta é realmente a sua vontade e certamente a de todos os autarcas de freguesia.-----

-----Sabem que a ANMP, não trabalhou neste sentido mas, no sentido de defender os municípios todos e não se importou com as freguesias.-----

-----Assim, tem a noção que o Sr. Presidente da Câmara terá que assumir a responsabilidade e tomar a iniciativa de defender as que puder, que eles vão ter que respeitar.-----

-----Manifestou-se contra a extinção de qualquer freguesia, pois lutou pela criação da freguesia da Maceira e continuará a lutar por ela.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** interveio no sentido de manifestar o acordo com a posição dos colegas Vale Paulos e Francisco Inácio. Enquanto não houver outra proposta têm que votar esta. Tem a noção que não se fez muito para defender tudo, não estando a fugir à responsabilidade que também terá.-----

-----Assim, fica a aguardar novas propostas mas para já irá votar esta a favor.-----

-----Concluídas todas as intervenções a Assembleia Municipal passou à votação da moção tendo a mesma sido aprovada com 11 votos a favor, 9 votos contra e 19 abstenções.-----

-----Nesta altura, os trabalhos foram interrompidos, no sentido de ser feita uma pausa para o jantar, tendo sido retomados pelas 21.45h.-----

-----Teve início o Período da ordem do dia.-----

**PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2011, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 3939 , da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Abril, a remeter os documentos em título, elencados no anexo I da Resolução n.º 4/2001, de 12/07, do Tribunal de Contas, os quais se encontram integralmente elaborados e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por realçar que as contas de 2011 são significativamente melhores do que as de 2010. Tanto o exercício de 2009 como o de 2010 foram negativos e agora passaram para um exercício positivo que de alguma forma transparece o trabalho feito no sentido de adequar a realidade da Câmara Municipal à realidade nacional, nomeadamente das receitas.-----

-----Por outro lado frisou que se tem diminuído a despesa de forma significativa, muito embora a receita também não tenha aumentado, antes pelo contrário, daí que leve a que o grande problema é de liquidez. O passivo da autarquia aumentou em €6900.000,00 mas o activo cresceu em valor superior, na ordem dos € 8.600.000,00.-----

-----Disse ser bom terem em conta, no âmbito de redução de despesas, haver redução nos fornecimentos, nos serviços externos, com os custos de pessoal e também nas transferências correntes e subsídios correntes, uma vez que têm uma realidade distinta da que havia há três anos atrás. -----

-----Fez notar que cada vez mais se prova que a Câmara Municipal é uma prestadora de serviços, e menos de realização no que é o hábito, que é obra física.-----

-----Considera que estão no bom caminho na adaptação da atividade da Câmara Municipal à nova realidade económica do país, que é necessariamente a nova realidade económica dos municípios.-----

-----Teve de seguida a palavra o *Sr. Guilherme Ferreira* secundando as palavras do edil pois os resultados têm uma vertente positiva de equilíbrio entre os proveitos e os gastos, que mostra algum reposicionamento da Câmara Municipal relativamente às políticas que seguiu nos últimos anos, pena que tenham demorado três anos a fazer o ajustamento uma vez que os outros exercícios com prejuízo provocaram alguns danos estruturais na área financeira da Câmara.-----

-----Como parte negativa assinalou o passivo, que aumenta de uma forma muito elevada e que não lhe parece que seja compensada pelo aumento do ativo, até porque este é mais conseguido à custa de ajustamentos no imobilizado, que continua a ser reajustado e não há propriamente um crescimento

de valores em termos semelhantes.-----

----Além disso não lhe parece que o crescimento do passivo possa ser justificado de alguma forma, pois a crise não apareceu este ano, foi há 3 ou 4 anos e era evidente, mas houve algumas pessoas que não quiseram ver, lembrando que ele próprio o referiu neste órgão várias vezes.-----

----Disse que o PSD não pode concordar com estas políticas, pois o excesso de endividamento acaba por trazer várias consequências, sendo uma delas a falta de liberdade nas opções políticas, a falta de liberdade dos credores da Câmara Municipal, assim como o aumento todos os anos dos juros destes empréstimos e que este ano voltaram a subir e são cerca de €600.000,00, montante que podia ser usado noutras actividades.-----

----De seguida questionou quando é que o inventário do imobilizado termina, ou pelo menos quando é que se reduz a sua influencia na área das contas todos os anos.-----

----Relativamente ao parecer do ROC, sobre o problema do capital social da Promotorres questionou o que é que a Câmara pensa fazer.-----

----O líder da bancada da CDU, **Sr. Nozes Pires** disse que a sua questão é doutrinária. Não fazer nada de obras públicas ou que deve continuar a haver obras públicas, embora justificadas ao serviço da nação e das populações.-----

----No caso de Torres Vedras esta última doutrina avalia-se pelo facto de se atribuir as dificuldades que a autarquia tem, e teve no passado, às obras que se edificaram, com investimento público. No entanto e ainda que não seja favorável a endividamentos e a dificuldades financeiras, não pensa que não se deve investir em obras. A questão para ele está nas prioridades.-----

----Frisou que não embarca em críticas, seja a quem for, que sejam contaminadas ou envolvidas com uma doutrina do estado mínimo de Câmaras mínimas.-----

----Disse que se falou em falta de liquidez, solicitando esclarecimento de como se avalia, como se mede no terreno e qual é qual é a posição do executivo relativamente à auditoria.-----

----Reportando-se às dificuldades e de haver menos obra, disse que gostaria de saber que menos obras é que irão fazer-se neste próximo ano visto que aprovaram já o PPI.-----

----Teve de seguida a palavra do líder da bancada socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** dizendo que da análise que fez aos documentos, ressalta que há uma quebra de receitas que se vem a manifestar de há 4 anos a esta parte e que totalizam dezoito milhões de euros, que não é brincadeira.-----

----Do lado da despesa, para tentar minimizar os efeitos desta quebra de receita, há um esforço de contenção, que se em 2010 eles orçaram €37.000.000,00 em 2011 são de €34.000.000,00 porque há nitidamente uma estratégia de contenção de despesa.-----

----Relativamente ao resultado positivo, de €139.000,00, se o compararem com os 5 milhões prejuízo em 2010, com os 5,4 milhões 2009, corresponde demonstradamente a uma melhoria muito

expressiva.-----

----Considera que as contas têm que ser vistas não apenas numa óptica de contabilidade financeira , mas também de contabilidade patrimonial, uma vez que o ativo tem aumentado em termos muito significativos. Se tem havido endividamento, tem expressão no aumento do património da autarquia. O ativo que em 2007 era de €69.000.000,00 em 2011 é de €109.000.000,00, portanto há um acréscimo de €40.000.000,00 neste intervalo de tempo.-----

----Assinalou que as dívidas, particularmente as de curto prazo, e a questão da liquidez, não deixam de constituir um constrangimento, relativamente a futuras opções da autarquia, porque não permite solver compromissos, indo logo o primeiro pensamento de todos em direção aos fornecedores.-----

----No entanto existe um dado que de algum modo não anulando a expressão das dívidas a fornecedores, relativiza-as, pois se as dívidas a curto prazo são de cerca de €22.000.000,00, menos de 50% são a fornecedores com mais de 90 dias que corresponde a €11.000.000,00 sendo neste valor que se devem situar e avaliar que efeitos pode ter no tecido empresarial que fornece a autarquia.-----

----Assinalou que o esforço de contenção das despesas se torna patente nos custos com pessoal, nos fornecimentos e serviços externos e nas transferências, mas os tempos não vão de feição e a despesa não é assim tão comprimível e há aquelas despesa certas e obrigatórias.-----

----Para além dos novos encargos que vão surgindo, lembrou que o aumentou de 17% do IVA, se vai notar num aumento dos custos da iluminação pública e agora há esta questão dos 5% subtraídos ao IMI.-----

----Fez notar que a situação económica a que o município de Torres Vedras não foge, não consente grandes projetos de aumentos de receita e o executivo deve prosseguir, esse trabalho já vem de trás e está a produzir os seus frutos, o esforço de contenção da despesa, sendo certo que este esforço patente no relatório e contas de 2011, são razão suficiente para que o GMPS vote a favor.-----

----Teve de seguida a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----

----Dirigiu-se ao membro Guilherme Ferreira, para lembrar que estão a falar de um dos maiores empregadores do concelho e não é fácil de um ano para o outro reduzir despesa de forma abrupta. Não foi um processo que iniciaram em 2011, foi em 2009 continuando em 2010 já com algum ênfase, mas é neste exercício que se começa a ver mais resultados.-----

----Esclareceu que nunca fizeram reavaliações do imobilizado, há ajustamentos dos novos valores do imobilizado com a conclusão de obra. -----

----Também fez notar que há uns anos a esta parte e por força do exercício do QREN, que assistem a um ciclo de investimentos no concelho que há muito não viam, o que também justifica uma parte substancial das contas.-----

----Informou ainda que se a lei das autarquias locais não tivesse sido suspensa a Câmara Municipal ainda teria cinco milhões de euros de endividamento, e não são muitos os municípios que tem esta

situação a nível do país.-----

----No que se refere ao inventário e ao seu términos, referiu que cada vez está mais perto do fim, mas é difícil de dá-lo por concluído.-----

----Sobre a questão do capital social da Promotorres, informou que a lei impõe que são €75.000,00 e a Câmara Municipal irá reforçá-lo.-----

----Respondendo ao membro Nozes Pires no que se refere à liquidez, informou que tem sido a estratégia da Câmara comprimir tudo o que é despesa o máximo que podem, no sentido de canalizar o máximo de recursos para investimentos que tenham a participação do QREN, e deste modo preencher as cotas de 15%, 20% em investimento, aproveitando quando está disponível.-----

----Relativamente à questão sobre a auditoria da IGF que está agendada no ponto 4, reserva essa altura para responder.-----

----No que concerne à questão de ter menos obra no futuro, confirmou que os município hoje em dia estão limitados a pequenas obras e no que é mais estrutural só conseguem com participações do QREN.-----

----Não consegue responder de forma mais objetiva, pois estão a aguardar não só a abertura QREN mas também da caracterização do financiamento possível para as candidaturas, porque os municípios não conseguem ir à banca independentemente da sua situação financeira. Têm uma série de projetos canalizados e aguardam.-----

----No entanto disse que têm todas as condições para em 2012 adjudicarem a obra do Choupal, e só não o farão se não obtiverem do governo a resposta que esperam. É uma mais valia para Torres Vedras, pois trata-se de equilibrar este lado da cidade.-----

----Para além das obras no Centro Histórico, deu nota das obras de saneamento nas freguesias de Carmões, Dois Portos e Carvoeira, que se traduzem num investimento substancial. Referenciou ainda o Centro Educativo da Ventosa, os campos relvados da Pedra e do Ponterrolense, que está praticamente concluído, bem como o mercado de Campelos e a extensão de saúde de Silveira.-----

----Confirmou que há diversas frentes de obra em curso, mais lentas do que gostariam, essencialmente por a economia não funcionar.-----

----Abordando a intervenção do membro José Augusto de Carvalho, confirmou que a grande preocupação da autarquia é a dívida a curto prazo no que se refere ao atraso de pagamento a fornecedores, que é metade da dívida a mais de 90 dias. Cada vez ganha mais forma, um programa a nível nacional de forma a que os municípios possam transformar a sua dívida de curto prazo, a médio longo prazo, e se assim for podem encaminhar dívida a mais de 90 dias por aí e resolver este grande problema.-----

----Assinalou que a falta de liquidez só se conseguirá resolver com a contenção de despesa não sendo fácil essa contenção. Também deu nota que foi só esta semana que se começou a falar na

hipótese de se poder negociar resoluções de contratos da função pública, por isso por muito que se queira, não é fácil, sem mecanismos legais e financeiros para o efeito.-----

----Acha que estão no caminho certo e aproveitou para evidenciar e louvar o esforço que tem sido feito por todos os funcionários da Câmara Municipal e que para muitos significou não só uma redução no seu vencimento em 2 anos, mas também redução nas horas extraordinárias. -----

----Disse que felizmente os serviços têm funcionado e não há notícia de quebra de qualidade, nem de funcionalidade. -----

----De novo no uso da palavra, o **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que gostaria de ser informado quanto ao esforço de redução de custo na eficiência energética dos edifícios municipais, transporte de pessoal, limpeza de edifícios, manutenção de espaço verdes e na mobilidade interna de colaboradores.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** confirmou a redução de custos na eficiência energética com a redução de uma hora no horário de iluminação pública. A limpeza dos edifícios municipais deixou de ser feita por contratação de serviços externos para ser feita com a mobilidade de funcionários da autarquia. Também o transporte de pessoal, que era feito pela Transcovia, passou a ser feito pelos autocarros da Câmara, com prejuízo da sua cedência às escolas. Tudo tem custos, mas é em benefício de menor despesa para a Câmara.-----

----Reportando-se à alusão à redução de custos na iluminação pública o autarca de Runa, **Sr. José Margaça**, alertou que na freguesia que preside há fases que estão a funcionar indevidamente.-----

----Pedi de novo a palavra o **Sr. Guilherme Ferreira** para questionar o que é obra e o que são apenas ajustamento no valor de 6 milhões de euros que aumentou em imobilizado.-----

----Disse que o edil tinha razão da existência dos constrangimento que referiu, mas todos têm que viver com estes constrangimentos, e não sendo a Câmara uma ilha, vive num país que teve durante largos anos uma diferença entre o volume de investimento e de o poupança. Agora estão todos a pagar a fatura de opções que foram erradas.-----

----Quanto aos exemplos que deu de poupança, entende que deviam ter sido feitos com mais antecedência e acredita que é possível fazer mais, mas não lhe parece que a opção do aumento indefinido do endividamento seja boa.-----

----De seguida foi dada a palavra ao Vereador da Área Financeira, **Sr. Sérgio Galvão**, que prestou um amplo esclarecimento quanto ao aumento do imobilizado.-----

----O líder da bancada do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** concordou que as medidas de poupança já deviam ter sido tomadas anteriormente e muito mais poderá ser feito no futuro, para além de que há que definir prioridades.-----

----Todos vão tentar ajudar na questão do Pólis, mas a Câmara não pode ter ilusões, pois não irão ter o mesmo ritmo de QREN e afins. Podem ter algum tipo de apoio, mas não vão ser massivos

como foram anteriormente.-----

----Lembrou que já foi anunciado na Assembleia da República que o dinheiro do QCA será dividido pelas empresas, o que poderá assim evitar que pressionem tanto as Câmaras.-----

----Frisou que em termos objetivos, e independentemente dos €139.895 no proveito do resultado líquido, este orçamento foi construído em pressupostos diferentes, pois desde logo foram imputadas como proveitos as verbas QREN que ainda não foram recebidas. Alguns valores do QREN foram quantificados para 2011, mas o mesmo pode não acontecer em 2012, o que irá fazer com que a execução deste exercício venha a ter outros problemas.-----

----Neste momento a Câmara Municipal tem a sua capacidade de endividamento praticamente esgotada, de €39.500.000,00 que foi referenciada no relatório da IGF e passam no fim de 2011 para €43.000.000,00 de dívida e €18.500.000,00 de dívidas a fornecedores, o que considera preocupante.--

----No seu entender, não podem estar satisfeitos com o resultado líquido de €139,895, pois a situação de dívida aos fornecedores é grave, e implica a celebração de acordos de regularização de dívidas que antes não se celebravam. -----

----Relativamente às alusões do edil aos cortes no pessoal, não é favorável a despedimentos, e entende que os trabalhadores da Câmara são essenciais. Não sabe qual é a situação do quadro de pessoal, mas está agendado nesta sessão contratação de pessoal, que poderá não ter reflexos no aumento do quadro pessoal, mas têm que ter atenção a este ponto.-----

----Por tudo o que assinalou, acha que a Câmara Municipal não pode ter ilusões, tem que definir as prioridades das obras, sendo as escolas sem dúvida as principais e também o apoio social.-----

----Para terminar assinalou que não irão votar favoravelmente os documentos em discussão, independentemente do resultado aparentemente positivo, uma vez que as contas apresentam situações que não se irão repetir em 2012 e voltará tudo atrás.-----

----Após esta intervenção o autarca da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristovão**, solicitou esclarecimentos quanto ao valor de €43.000.000,00 de dívida referidos pelo membro.-----

----Novamente para prestar alguns esclarecimentos foi dada a palavra ao Sr. **Vereador Sérgio Galvão**, que começou por referir-se aos proveitos do QREN, que são proveitos diferidos e fazem parte do passivo que são depois colocados na demonstração de resultados conforme decorre as amortizações.-----

----Explicou ainda que os proveitos extraordinários e os custos extraordinários que estão refletidos na demonstração de resultados têm a ver com valores que vêm para os SMAS e saem pelo mesmo montante pela parte dos custos.-----

----No tocante aos €60.000.000,00 de dívida do passivo da Câmara, cerca de €23.000.000,00 tem a ver com esses proveitos diferidos, sendo valores que já receberam e estão quantificados e só são colocados quando resultam do princípio da execução do exercício.-----

-----Mais informou que €20.000.000,00 dos €40.000.000,00 corresponde a empréstimos de longo prazo, e não vencem no orçamento do ano a seguir. O valor que vence no orçamento a seguir, está na linha do curto prazo que já começaram a diminuir em cerca de €2.500.000,00.-----

-----Por último informou que a dívida de curto prazo é significativa, mas com mais de 90 dias transforma-se em €14.000.000,00.-----

-----Em resposta ao líder do PSD o **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que já há vários anos que vem dizendo que as Câmaras do país cada vez mais são prestadoras de serviços e não fazedoras de obra e que quem não fizer obra neste QREN até 2013, dificilmente fará depois.-----

-----Deu também algumas notas do que está definido para as verbas referente à II fase do QREN, mas que não sabe se vão existir.-----

-----Lembrou que há uns anos atrás o então líder da bancada do PSD votava contra os relatórios porque a Câmara tinha sido pouco ambiciosa, não tinha investido e não tinha utilizado a sua capacidade de endividamento e deviam fazer obra. Hoje os tempos mudaram, tem-se investido e feito melhorias, mas o voto contra do PSD permanece.-----

-----Também entende que o PSD este ano devia votar a favor pela poupança que foi feita e não pelo que acha que não foi feito anteriormente. O voto anterior já passou à história, agora têm que votar estas contas e se estas representam poupança e se representam que estão a entrar no bom caminho, então deviam votar a favor ou no mínimo absterem-se.-----

-----Concorda com o membro quando ele diz que o destino coletivo vai ser diferente porque não vai haver verbas para as obras no próximo QCA e os poucos recursos que têm vai ser para serviços, mas ele não pode fazer esta afirmação a andar nas juntas de freguesia a dizer que a Câmara não está a investir nada. Têm que ser coerentes.-----

-----Assim, não compreende a razão de quer no Executivo quer na Assembleia o PSD votar contra, pois é um voto contra mais motivado pelo vício de votar contra do que propriamente pela natureza efetiva que as contas da Câmara Municipal representam.-----

-----De novo no uso da palavra o **Sr. Luís Carlos Lopes** respondeu que com o prejuízo que existiu o ano passado, o PSD não poderia votar favoravelmente mas estava à vontade uma vez que quando foi membro do Executivo já votou a favor um orçamento e também se absteve noutros.-----

-----Espera que no próximo ano as contas estejam melhores, que a poupança seja melhor e então terá todo o prazer em abster-se.-----

-----Para justificar a sua abstenção interveio o representante do CDS-PP **Sr. João Pedro Gomes**, pois não concorda com a maior parte do que é proposto, e viu com preocupação o relatório da IGF, no entanto entende que a Câmara é responsável e terá que ser responsabilizada na altura que o poder for devolvido ao povo na decisão.-----

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em apreço.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria com 29 votos a favor, 5 abstenções e 7 votos contra os documentos de Prestação de Contas e relatório de Gestão do ano de 2011, do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DO ANO DE 2011, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 3939, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Abril, a remeter os documentos em título, elencados no anexo I da Resolução n.º 4/2001, de 12/07, do Tribunal de Contas, os quais se encontram integralmente elaborados e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse tratar-se de um resultado do exercício favorável a rondar os €400.000,00 referindo para tal os contributos das reversões de cauções durante 2011, de devoluções de TRH (Taxa de Recursos Hídricos) que tinha sido em excesso, de um acréscimo de despesas com pessoal, assim como de todas as despesas funcionais, excepto na aquisição de combustíveis e na água.-----

-----Referiu o acréscimo de 1% nas perdas de água, mas de qualquer formas o nível do concelho é muito inferior aos valores do resto do país, como praticamente por toda a Europa.-----

-----Por último referenciou que o concelho está todo praticamente coberto a nível da água, sendo o saneamento de 92% e a rede separativa ronda os 80% que é um valor muito significativo para o país, e coloca o concelho acima do que são as exigências comunitárias. Desta rede separativa 70% já é tratado em ETAR.-----

-----Relativamente aos documentos em discussão o *Sr. Marco Claudino* assinalou que as actividades propostas foram alcançadas e até nalguns pontos superadas, mas preocupa-os os resultados operacionais que pioraram e com o aumento de 20% em dois anos do endividamento, que não é dívida a fornecedores, que não tem, mas a instituições de crédito.-----

-----Assim, disse que o PSD irá votar contra, não por vício, mas por uma questão de oportunidade. Assim, não estão a votar contra o relatório final mas Sendo Torres Vedras o segundo município com a água mais cara do país, aproveitam o momento para assinalar este princípio que o PSD tem defendido ao longo dos anos de que, atendendo também ao estado do país, os SMAS poderia aligeirar e não refletir o aumento de 3% na tarifa da água como fez.-----

-----O líder da bancada da CDU, *Sr. Nozes Pires*, disse que apesar das reservas que têm relativamente a ser a água mais cara, o que estão a discutir é a gestão financeira e sobre a mesma nada têm de relevante a dizer pelo que irão votar a favor.-----

-----O **Sr. Jorge Ferreira** em nome do Grupo Municipal do PS e na linha coerente do que têm vindo a fazer manifestou o voto favorável da sua bancada.-----

-----Tal como já têm dito em ocasiões anteriores, num cenário de crise cada vez mais profunda, continuar-se a fazer-se uma gestão com tal equilíbrio, com saldo positivo, à excepção do combustível, o Grupo Municipal do PS só pode saudar este exercício. -----

-----Lembrou também que os SMAS são serviços premiados, precisamente pelo cuidado que têm ao nível das tarifas sociais, para as famílias numerosas, para as pessoas mais carenciadas, o que aconteceu em anos consecutivos e esquecê-lo é estar a fugir aquilo que é a realidade das gestão dos SMAS.-----

-----O **Sr. João Bastos** pediu a palavra para manifestar o seu voto contra os documentos de prestação de contas dos SMAS. Trata-se de um serviço de fornecimento sem concorrência, e lamenta que o preço da água em Torres Vedras seja o dobro do que se paga em Lisboa, apesar de ser oriunda do mesmo sitio.-----

-----Disse que nunca mais irá votar a favor, enquanto o preço da água não descer e fazer uma gestão com a água que eles querem tabelar é muito fácil.-----

-----Relativamente à referência do edil sobre a cobertura de saneamento no concelho, alertou que no que respeita à poluição das linhas de água, o município ainda tem muito que fazer.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de Runa, **Sr. José Margaça** alertou para a necessidade das obras de saneamento na freguesia que preside, para as quais ouve dizer que estão à espera de verbas. Os Múncipes pagam as faturas mas os esgotos vão para o rio Sizandro.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** relativamente à intervenção do membro Marco Claudino esclareceu não se pode falar que os SMAS aumentaram a água em 3%, mas sim numa actualização da tarifa, decorrente da actualização do preço na origem, que fizerem repercutir no preço ao consumidor.-----

-----Esclareceu ainda que o preço da água que se pratica no 1.º escalão é inferior ao preço de custo.--

-----Deu nota que no final 2011 tinham 582 famílias com tarifa social e 93 numerosas, dados que aumentaram e no final de Fevereiro já são 617 famílias que beneficiam da tarifa social.-----

-----Deu também alguns esclarecimentos quando ao custo da água em Lisboa ser mais barato, que se prende com o facto de a EPAL vender ao consumidor privado mais baixo do que vende em alta à Águas do Oeste S. A.-----

-----Consequentemente ou Torres Vedras subsidia o preço da água e vende ao preço inferior ao custo ou tentam fazer uma gestão equilibrada e repercutem o que é o preço final da água. Uma gestão equilibrada tem sido sempre um propósito dos SMAS, e sempre virada para um equilíbrio entre receita/despesa. Há dois anos a esta parte que este equilíbrio tem se vindo a reforçar e os seus investimentos já não são suportados pela Câmara.-----

-----Disse que percebe o argumento do membro João Bastos mas, este não pode ser usado na Assembleia. Não pode dizer que não vota a favor enquanto se mantiver este preço, perante um orçamento equilibrado.-----

-----Relevou o facto de estarem a praticar um tarifa justa, correta e equilibrada no sentido custo/benefício sendo a Águas do Oeste S. A que propõe o preço à entidade reguladora que emite parecer e depois é a Sra. Ministra do Ambiente que o fixa definitivamente.-----

-----Depois deu a palavra ao administrador dos SMAS *Sr. Sérgio Simões* que começou por esclarecer que os resultados operacionais negativos foram influenciados por os proveitos terem sido menores em 2011 e por outro lado os custos de compra de água e afluentes à Águas do Oeste S.A terem aumentado.-----

-----Quanto ao aumento do endividamento a curto prazo, deve-se à amortização dos empréstimos que foram aprovados em 2009 e que os SMAS começaram a pagar em 2011. O endividamento a terceiros tem a ver essencialmente com o aumento exponencial de dívidas de entidades públicas.-----

-----Deu também alguns esclarecimentos quanto à comparação do preço da água com Lisboa que se prende com o facto de Torres Vedras pagar três vezes mais cara à Águas do Oeste, S. A. que a EPAL vende aos municípios de Lisboa.-----

-----Relativamente à questão das linhas de água que vão para o esgoto, informou que acontece porque a Águas do Oeste, S. A, não tem uma parte substancial das suas estações elevatórias e ETARES a funcionar e não por os SMAS não terem as redes separativas feitas.-----

-----Concluiu, indicando ao autarca de Runa que tomou nota da sua intervenção sobre o saneamento nesta freguesia que está a ser equacionado.-----

----O autarca da Carvoeira *Sr. José Manuel Cristovão* deu nota que na Serra de S. Julião existem três dos maiores aquíferos do concelho que podiam ser aproveitados.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* lembrou que inicialmente Torres Vedras negociou com a EPAL, numa opção pela saúde e qualidade da água, em detrimento das finanças municipais, empresa que na altura usou de uma inqualificável discricionariedade em desfavor do concelho.-----

-----Aproveitou para tecer algumas críticas sobre certas organizações como a EPAL, empresas de capitais públicos que em geral caracterizam-se por uma figura que a lei designa por gestor público, que tudo pode e manda e não se presta contas a alguém.-----

-----O membro *João Bastos* manifestou a opinião de que a água, sendo um bem essencial devia ter um preço igual para todos. Não mete em causa a gestão dos SMAS, e acha inconcebível que a EPAL venda água aos municípios a preços diferentes. Assinalou que quando não há concorrência, quando quem fornece é o único a fazê-lo, mal deles se as contas não batessem certo.-----

-----Assim apelou ao Presidente da Câmara que se junte com os outros autarcas em situação similar e questione o governo sobre este assunto.-----

-----Não se registaram mais intervenções tendo o Presidente da Mesa submetido à votação os documentos em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria, com 33 votos a favor, 1 abstenção e 8 votos contra os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2011, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

**PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2012 – ORÇAMENTO/DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 3939 , da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Abril, a remeter a revisão em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a revisão versa unicamente a aplicação de resultados, com a pretensão de um reforço de tesouraria e não se tendo registado intervenções foi posto de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2012 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

**PONTO 4 - CONHECER E TOMAR POSIÇÃO SOBRE O RELATÓRIO N.º 1684/2011 DA IGF- AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – CONTROLO DOS IMPACTOS FINANCEIROS DO PPTH E DO PREDE NOS MUNICÍPIOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 3938, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Abril, a remeter o documento em título, em CD-Rom, após o Executivo ter tomado conhecimento em 10 do mesmo mês.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por indicar que se trata de um documento extenso e duro na análise e na própria utilização das palavras e refere-se aos anos de 2008 a 2010.-----

-----Tendo em conta estes anos, se o programa visava, a diminuição do prazo de pagamento de facturas de fornecedores, o que se registou foi um aumento desse mesmo prazo. Isto não significa que as verbas do programa, tivessem sido canalizadas para outro fim que não fosse o pagamento de facturas em atraso, mas aconteceu que pela diminuição das receitas a dívida necessariamente aumentou.-----

-----Aceitam como verdadeiro e útil o relatório excepto na acusação que fazem à Câmara, de empolamento das receitas, ou seja o relatório indicia, que o município não devia aplicar a formula legal a qual está obrigado para prever uma quebra nos impostos directos e logo uma quebra na receita.-----

-----Entende que o mais importante é saber o que fazer para melhorar a situação e as contas de 2011 já refletem o equilíbrio que se foi procurar que se está a conseguir no sentido de inverter esta tendência. Deu nota que foram implantados mecanismos de poupança e de controlo da própria despesa e que continuam a implementar a redução dos custos com uma regra de diminuição dos 20%, no sentido de se manter ou de conseguir mais equilíbrio e solvibilidade. -----

-----Assinalou que na análise dos auditores não há qualquer alusão à própria situação financeira do país e das Câmaras, mas se Torres Vedras não é uma ilha, também este programa não deveria ser uma ilha e o relatório devia refletir isso.-----

-----A *Sra. Claudia Ferreira*, disse estar certa de que ninguém está satisfeito com as conclusões do relatório, assim como, de que todos têm noção que quando estes programas foram aplicados a situação do país era bem diferente da que é atualmente e que, à data, não conseguiriam prever qual a exata evolução que toda a economia ia sofrer.-----

-----Ressalvou que município de Torres Vedras contratou e utilizou, em 2008 dois empréstimos ao abrigo do Programa Pagar a Tempo e Horas, tendo o seu capital sido integral e atempadamente utilizado no pagamento de dívidas a fornecedores e empreiteiros, o que, desde logo, prova a firme intenção do Município em reduzir o prazo de pagamento das suas dívidas e as liquidar assim que tenha receita para tal.-----

-----Considera também que devem atender não apenas aos números pelos números, pois, há factos, que afetaram toda a vida dos cidadãos do concelho e, conseqüentemente, também afetaram a “vida” do município, referindo-se a situações que levaram ao crescimento da dívida, no período em análise, bem como, ao agravamento dos prazos médios de pagamento.-----

-----Deu a título de exemplo, a necessidade de fazer face às despesas decorrentes dos prejuízos causados pela intempérie ocorrida no dia 23 de Dezembro de 2009, a qual ninguém podia prever ou evitar e que afetou gravemente o concelho de Torres Vedras. Embora tenha existido um empréstimo excepcionado e verbas do Fundo de Emergência Municipal, as despesas reais, foram, infelizmente, muito superiores.-----

-----Também o não recebimento das verbas do QREN afetou as finanças da autarquia, existindo candidaturas aprovadas, e despesa realizada.-----

-----Atendendo à despesa em causa, ou seja, tratando-se da empreitada de construção da EB1 e JI de São Mamede da Ventosa, da empreitada de conceção/construção da EB1 e JI da Padre Francisco Soares e da empreitada de conceção/construção da EB 1 e JI de Dois Portos, lembrou a intervenção

de dia 25 de Abril, proferida pelo Dr. Luís Carlos Lopes, acerca da necessidade de investimento nas escolas e em novas escolas no concelho, para questionar se alguém nesta Assembleia Municipal, consegue dizer que este dinheiro foi mal adiantado, se seria melhor deixar a obra parada, adiando a concretização dos projetos e não responder às necessidades das crianças e das famílias do concelho.-

-----Assegurou que o Grupo do Partido Socialista está convicto que a decisão tomada foi a acertada, a bem da população.-----

-----Reforçou que indevidamente, no final de 2010, não foi efetuado o acréscimo de proveitos dos valores por receber do QREN, que seria no mínimo de cerca de 1 milhão e 500 mil euros. No entanto, a despesa já estava efetuada e, portanto, refletida no passivo e os contratos já estavam aprovados, pelo que entendem, que se deveria ter refletido ativo já contratado, através do acréscimo. Se esse acréscimo tivesse sido efetuado, estariam a olhar para um relatório com resultados diferentes, uma vez que, não teria sido excedido o limite do endividamento líquido.-----

-----Disse também que no relatório foram feitas algumas considerações com as quais não podem concordar, uma vez que, foram tomadas diversas medidas de contenção referidas pelo município no seu contraditório, referindo-se concretamente ao facto de todas as requisições internas passarem a ser visadas pelo vereador da área e, posteriormente, pelo vereador da área financeira, a existência de uma redução nas transferências para associações, bem como na aquisição de materiais para stock.----

-----Assinalou que apesar deste esforço o impacto não foi o desejado, quer pelas razões já anteriormente expostas, quer pela quebra significativa de receitas, face à atual conjuntura económica, que ascende a cerca de €10.500.000,00 de receitas próprias do município impostos diretos (impostos municipais) e taxas de urbanismo (particulares e empresas) apenas no período em análise, quando comparado com o ano anterior.-----

-----Reportou-se também à menção que o relatório faz sobre “prática reiterada e crescente de empolamento na previsão das receitas orçamentais”, que consideram uma análise tendenciosa, sem atentar à realidade, e injusta, face àquela que tem sido a realidade do Município, na elaboração do orçamento da receita, pois, sempre foram cumpridas as regras previsionais e as previsões das receitas sempre devidamente suportadas.-----

-----Frisou que o que sucedeu, não foi um empolamento, mas sim, um conjunto de acontecimentos, como seja o facto de não se terem vindo a realizar as vendas de bens de investimento previstas, ou de se ter verificado um significativo decréscimo das receitas efetivamente cobradas, que não se podia prever com exatidão.-----

-----Reafirmou que o Município está a tomar um conjunto de medidas de forma a permitir o reequilíbrio financeiro, que leva a que na prestação de contas de 2011 se consiga já visualizar uma redução na despesa. Sendo que, o orçamento para 2012 denota também a tentativa de redução nas despesas, apresentando um decréscimo de cerca de 4 milhões e 100 mil euros, relativamente ao ano

anterior.-----

----Por tudo o referido acreditam que o Município está em perfeitas condições de promover a contenção e o controlo da despesa e do endividamento municipal, alcançando o objetivo de cumprimento do Programa que dá azo a este relatório.-----

----Indicou que infelizmente as contas do país estão más, mas as da Câmara, estão a melhorar, apesar da crise e do ataque cerrado ao poder local que vem sendo levado a cabo pelo atual Governo, como bem exemplifica a cobrança de uma taxa absolutamente injusta e inadequada de 5% da receita de IMI, para suportar os custos de uma avaliação que efetivamente custa muitas vezes menos o valor que o Estado quer cobrar às autarquias, tal como já falado nesta sessão.-----

----Acreditam e confiam que o Executivo saberá concretizar as recomendações que lhe são feitas, bem como, continuará a gerir de forma responsável e empenhada os destinos de Torres Vedras, como até aqui sempre tem feito.-----

----Após esta intervenção o *Sr. Sérgio Jacinto* disse que se limitou a analisar o relatório em apreço que lhe mereceu credibilidade, passando a ler o seguinte parágrafo “em síntese, entre 2007 e 2010, a situação em matéria de endividamento municipal agravou-se de forma relevante face à constatada na anterior auditoria, não obstante as recomendações então formuladas pela IGF. Tal evolução evidencia que os órgãos e eleitos locais do município de Torres Vedras, não só não adotaram medidas suficientes para promover a contenção e o controlo da despesa de endividamento municipais, como da sua gestão resultou a deterioração significativa da sua situação financeira e o incumprimento dos objetivos subjacentes à adesão ao Programa Pagar a Tempo e Horas.”-----

----Referiu-se depois ao parecer que merece despacho de concordância do Sr. Inspector Geral, onde pode ler-se ”mantinha-se em 2010, não obstante o recurso ao programa, uma situação de desequilíbrio conjuntural o que justifica, de acordo com o quadro legal o recuso a um plano de saneamento financeiro”, para dizer que é sobre este relatório que lhe parece que é solicitado à Assembleia que conheça e tome posição.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* considerou que a colega Claudia Ferreira falou de certa forma ligeira sobre o relatório da IGF, que não podem considerar de somenos. Não podem dizer que o IGF está errado quando os resultados são graves.-----

----Em relação à alusão ao não recebimento às verbas do QREN e aos custos dos prejuízos provocados pela intempérie, fez notar que representam apenas dois milhões, que não justificam a “decalage” na dívida municipal de €13.000.000 em 2007 para €39.000.000 em 2010, que agora é de €42.500.000.-----

----Aproveitou para indagar qual é o prazo médio de pagamento a terceiros neste momento.-----

----Entende que devem parar de pensar que tudo está bem, e que a avaliação da IGF é precipitada. Não podem dizer de uma forma simples que são €42.500.000 de dívida. É o futuro deles e dos seus

filhos que está em risco e têm que pensar que nos próximos anos não vai haver receitas.-----

-----Por último disse que não gostou que tenha sido posto à consideração que a Câmara poderia eventualmente entrar num capítulo de autarquias sob intervenção. O IGF não inventou os números, e a Câmara não negou nada do que vem referido. Não é dramático mas é difícil.-----

-----A **Sra. Claudia Ferreira** disse que o colega Luís Carlos Lopes não a ouviu bem. Na sua intervenção disse estar certa que ninguém estava satisfeito com as conclusões do relatório e terminou dizendo que acreditam e confiam que o Executivo saberá concretizar as recomendações que lhe foram feitas, ou seja não disse que estava tudo bem.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** interveio para salientar que o relatório concluiu que o município de Torres Vedras apresentava, para efeitos de saneamento e reequilíbrio financeiro uma situação de desequilíbrio conjuntural, com a recomendação de ponderação pelos órgãos municipais da elaboração e aprovação de um plano de saneamento financeiro, que não foi seguido pela autarquia e que também concluiu que estavam reunidos os pressupostos legais para que a situação de desequilíbrio financeiro estrutural pudesse ser declarada, pelo governo, mas os inspectores fizeram constar que tal declaração não se justifica.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** reafirmou que ninguém gosta do relatório e não se revê nele. Têm que criticar o facto de o mesmo isolar as coisas sem ver o que está à volta delas, lembrando que as contas de 2011 que foram aprovadas já dão resposta de alguma forma.-----

-----Deu nota que só na parte da educação o governo está a dever à Câmara Municipal à data €1.354.588,84, cuja parte substancial são €900.000,00 referente ao Serviço de Apoio à Família.-----

-----Aproveitou para informar que é intenção dos presidente de câmara da OesteCim, em parceria com a ANMP, na sua próxima reunião, deliberar no sentido de encetar esforços junto do Ministério de Educação para renunciar as delegações de competências feitas nos municípios, nomeadamente nos transportes e refeições para o próximo ano letivo.-----

-----De seguida foi dada a palavra ao **Vereador Sérgio Galvão** que começou por dizer que levaram o relatório em discussão muito a sério, assim como os das mais diversas entidades que anualmente os inspeccionam os quais servem também para fazer pequenas correções.-----

-----Assentiu que de facto o relatório fala que mesmo após a utilização deste programa, para efeitos de saneamento e reequilíbrio financeiro o município de Torres Vedras apresenta uma situação de desequilíbrio conjuntural, para o qual o critério mais assumido foi o prazo médio de pagamento, que é aquele que têm mais problemas, mas não evidencia desequilíbrio estrutural ou ruptura financeira --

-----Disse ainda que este prazo de pagamento não chega para considerarem que o município tem uma situação de desequilíbrio estrutural, pois assim estariam a falar de reestruturação financeira e dos tais 38 municípios que são passíveis de ter um plano de saneamento financeiro.-----

-----Relativamente a este plano de saneamento financeiro, informou que vão ter que responder no

prazo de 60 dias e informar a IGF o que a autarquia está a fazer para melhorar a situação.-----

-----No tocante à questão dos prazos médios de pagamento informou que o município há cerca de dois anos que tem vindo a transformar a dívida de curto prazo em médio/longo prazo, através de acordos de regularização de dívida celebrados com fornecedores, tendo a inspecção, pela sua natureza, colocado essa dívida a curto prazo que fez disparar os prazos de pagamento. O prazo de pagamento mantém-se aproximadamente o mesmo que consta no relatório.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* interveio apenas para referir que as dívidas do governo referente ao Serviço de Apoio à Família é cíclica, não é só deste governo, tem sido assim com vários, sendo que provavelmente agora aumentou o prazo de pagamento aos municípios.-----

-----Disse que a OesteCim não se deve precipitar, pois trata-se de um serviço fundamental para as famílias e para as crianças, embora reconheça que as Câmaras não podem arcar com estes atrasos. Não pode ser uma ruptura, tem que haver negociação.-----

-----Terminadas as intervenções o *Sr. Presidente da Mesa* passou a ler a recomendação que foi entregue pelo PS e que a seguir se transcreve:-----

-----“ A Inspeção Geral de Finanças, entre Novembro e Dezembro de 2011, realizou uma auditoria financeira ao município de Torres Vedras cujo relatório “N.º 1684/2011” é apresentado à Assembleia Municipal, na sua actual sessão, para os efeitos legais.-----

-----Tendo tomado conhecimento do respectivo teor e, em especial, das “conclusões e recomendações” a Assembleia Municipal de Torres Vedras sugere ao Executivo o estrito cumprimento, na parte que lhe é devida, do que é recomendado.-----

-----Em complemento, a Assembleia Municipal sublinha que o Executivo deve prosseguir o esforço, por todas as formas ao seu alcance, de redução da despesa municipal.”-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório n.º 1684/2011 da IGF– Auditoria ao Município de Torres Vedras – Controlo dos impactos financeiros do PPTH (Programa Pagar a Tempo e a Horas) e do PREDE (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado) nos Municípios e aprovou por maioria de 39 votos a favor e 2 abstenções a recomendação acima transcrita.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**-PONTO 5 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, APROVADO PARA 2012, NOS TERMOS DA ALÍNEA O) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 3937, da Câmara Municipal de Torres Vedras a remeter proposta de alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano em curso na sequência da necessidade manifestada pelo Departamento de Obras Municipal e Divisão de Gestão de Áreas Urbanas que

consiste na eliminação de 5 postos de trabalho da carreira de Assistente Operacional criados para a DGAU/Área de Gestão de Resíduos Urbanos; na eliminação de 3 postos de trabalho da carreira de Assistente Operacional para DGAU/Área de Limpeza Urbana; na criação de 4 postos de trabalho da carreira de Assistente Operacional para a DGAU/Área de Espaços Verdes; na criação de 3 postos de trabalho da carreira de Assistente Operacional para o DOM/Divisão de Maquinaria e Transportes/Área de Maquinaria e Transportes e na criação de 1 posto de trabalho da carreira de Assistente Operacional para o DOM/Divisão de Infraestruturas Viárias e Equipamentos Municipais/Área de Construção e Manutenção de Vias Municipais.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata de um reajustamento do mapa de pessoal, sem qualquer acréscimo de pessoas.-----

----Não se registando intervenções passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, aprovado para 2012 acima transcrita.-----

----Anota-se que estava presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 6 – AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONCESSIONAR, POR CONCURSO PÚBLICO O BAR/ESPLANADA SITO NA PRAÇA CENTRAL DO NOVO MERCADO MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA Q) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----Presente ofício número 2873, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16 de março último, a solicitar a autorização em título.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata do bar exterior Mercado Municipal, onde estava o estabelecimento “Michaels”, que rescindiu o contrato havendo necessidade de abrir novo concurso, tendo-se feito um reajustamento dos valores de arrematação e de renda, mas os critérios de seleção são os mesmos.-----

----O *Sr. João Bastos* lembrou que da primeira vez que este assunto veio à Assembleia chamou a atenção que os preços das rendas estavam caros. Tem ideia que para este espaço a renda base era de €2.000,00, e agora vai ser posto a concurso por €1000,00 mensais, que acha mais justa mas não tem a certeza que para os tempos que correm não é ainda um pouco alta.-----

----O membro *Sérgio Jacinto* questionou qual o fim previsto para o 3.º piso do edifício.-----

----O *Sr. João Pedro Gomes* interveio para dizer que concorda na íntegra com o manifestado pelo membro João Bastos. Acha que o valor base da renda mensal pode ainda ser excessiva para os tempos actuais, porque a situação agravou-se a nível de receitas no mercado.-----

----Aproveitou para alertar que se não houver uma dinamização mais forte do espaço que permita atrair pessoas, o futuro do Mercado Municipal pode estar em risco. -----

----O membro *Rodrigo Hipólito* lembrou o colega que a dinamização do espaço em, causa é da

responsabilidade do investidor que esteja interessado, não é a Câmara nem o Mercado que são obrigados a ter uma dinamização que está no exterior. A Câmara tem feito e bem a dinamização do próprio mercado.-----

----O *Sr. João Pedro Gomes* explicou que se referia ao Mercado Municipal no global e não especificamente ao estabelecimento em causa.-----

----Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que esclareceu que no concurso anterior o valor base da renda foi de €1.700,00 mês e foi adjudicado por €2.100,00, ou seja superior ao que estava. O preço da arrematação era de €30.000,00 e foi arrematado por €40.000,00 e podendo admitir que o preço na altura era caro, foi arrematado por valor significativamente superior.-----

----Disse que também tem a consciência que a realidade de hoje é distinta, apesar de só terem decorrido dois anos e daí que os valores tenham descido.-----

----Relativamente à dinamização do espaço lembrou que a mesma tem sido feita à custa da Promotorres e à conta do seu orçamento. Disse que esta dinamização, apesar de diversificada, nunca agrada aos operadores e no seu entender já é tempo de serem eles a providenciar esta dinamização.--

----Não se registaram mais intervenções pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em epígrafe.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a concessionar, por concurso público o bar/esplanada sito na praça central do novo Mercado Municipal de Torres Vedras nas seguintes condições: prazo de concessão – 15 anos; valor base da renda mensal - €1.000; valor da arrematação - €5.00. Critérios qualitativos: apresentação e qualidade de projeto de decoração de interiores; apresentação e qualidade propostas de dinamização de espaço. Critérios de seleção: valor da renda – 40, valor de arrematação - 30%; qualidade do projeto de decoração de interiores – 10% e qualidade do projeto de dinamização do espaço – 20%.---

----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 7- HOMOLOGAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ADJUDICADOS A PARTIR DE 22 DE FEVEREIRO, EM CUMPRIMENTO DO ESTÍPULADO NA ALÍNEA C) DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----Presente ofício número 4167, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 17 de Abril, que visando o cumprimento da lei em título, envia a lista que considera integralmente reproduzida, com compromissos plurianuais adjudicados a partir de 22 de Fevereiro do corrente ano, para homologação dos procedimentos efetuados.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por informar que por força da entrada em vigor da lei 8/2012, as Assembleia Municipais têm que se pronunciar sobre tudo o que sejam compromissos plurianuais.-----

-----Deu nota que um dos compromissos em causa neste ponto da ordem de trabalhos tem a ver com o fornecimento de gás natural à Escola da Conquinha e de Boavista Olheiros, tratando-se de um fornecimento por mais de um ano.-----

-----Para além deste têm um contrato de aluguer de material informático e dois contratos de avença, que decorrentes da urgência que surgiu pela aposentação de motoristas de um dia para o outro. Tiveram que abrir concursos que ainda estão a decorrer a única forma de suprir esta necessidade foi de avançar, até o concurso estar concluído.-----

-----De seguida deu nota que o Executivo aprovou em 10.04.12 a abertura do procedimento concursal, para aquisição de serviços em regime de avença no âmbito da projeto Oficina Domiciliária, no valor de €10.000,00 que ultrapassará o ano económico e que a Assembleia Municipal tem que autorizar a assunção do compromisso plurianual, colocando à consideração que este assunto fosse incluído no presente agendamento.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** fez notar que os pontos 7, 8, 9 e 10 da presente ordem de trabalhos todos dizem respeito a compromissos plurianuais e a lei 8/2012 permite concluir que tenha sido elaborada na previsão de que o modelo de governo local vai ser alterado. Conforme se anuncia haverá Executivos mais reduzidos, assim como as Assembleia Municipais e a reunirem com muito maior frequência, e nesse contexto será possível dar cumprimento ao artigo 6.º -----

-----No atual contexto, e até ao final do mandato sugere que a assembleia encare como aceitável que o Executivo lhes remeta situações para autorização prévia, quando for temporalmente ajustado e que noutros casos as situações que lhes remete são para homologação, porque a vida é dinâmica, e a pensando nos custos que envolve a Assembleia não pode estar a reunir sistematicamente -----

-----Quanto à sugestão do edil solicitou que a mesma fosse aceite pela Assembleia, pois de outro modo torna-se inevitável este órgão reunir com mais frequência e com isto onerar o erário municipal.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** manifestou o seu acordo com a proposta do Presidente da Câmara.-----

-----No seu entender o que o governo está a fazer é culpabilizar, obrigando a homologar. Estão a fazer como fizeram a eles, contribuintes, que são “culpados” de viver acima das suas possibilidades.-----

-----Prosseguiu indicando que é uma das maiores manobras de chantagem que praticaram neste país. Estão a condicionar o poder local e a retirar-lhe a palavra democrática. Eles só estão ali porque há um poder democrático local e houve uma constituição que cristaliza e assegura esse poder local. Estão pelo ali pelo povo, senão não estavam. -----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** começou por dizer que a lei 8/2012, é especialmente delicada nomeadamente no art.º 5.º “Assunção de Compromissos”. Tem algumas dúvidas quanto à Assembleia dar autorizações genéricas tendo em conta o art.º 11.º que responsabiliza os titulares dos

cargos políticos. Também tem dúvidas se será correcto homologar as assunções de encargos.-----

----Assim gostaria de ser esclarecido juridicamente quando a estas situações.-----

----Quanto às preocupações expressas pelo interlocutor anterior o *Sr. José Augusto de Carvalho* disse julgar saber que está prevista a publicação de legislação regulamentar à lei 8/2012, e estas dúvidas podem ser esclarecidas a breve trecho.-----

----Teve de seguida a palavra o *membro João Bastos* que, relativamente ao fornecimento de gás natural, disse que pedir autorizações anuais não é assim tão ridículo, questionando se não há mais do que uma firma de gás. Entende que fazer um concurso serve para se obter o melhor preço.-----

----Quanto à contratação dos motoristas e das reforma repentinas, questionou se não há ninguém que informe atempadamente que eles se vão reformar para dar tempo a fazer o processo de concurso e questionou quanto tempo demora este procedimento, pois estão a contratar por 3 anos.-----

----Teve de seguida a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos.-----

----O Edil começou por esclarecer que o contrato em causa é por dois anos e a Assembleia Municipal não está a aprovar o contrato mas a sua plurianualidade.-----

----Explicou que um concurso para admissão de pessoal demora em média cerca de dois anos e apesar de saberem quando os funcionários submetem os papeis para a reforma, quando os mesmo são aceites a informação vem em cima da hora, o que é incomportável para os serviços. -----

----Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, homologar a assunção de compromissos plurianuais adjudicados a partir de 22 de Fevereiro referentes aos tipos de procedimento indicados na listagem que se considera parte integrante desta deliberação: -----

----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 8 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A ESCOLA EB1/JI DE DOIS PORTOS, EM CUMPRIMENTO DO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----Presente ofício número 4166, da Câmara Municipal de 17 de Abril, que visando o disposto do citado normativo legal, envia para agendamento o procedimento em título.-----

----Não se registaram intervenções e passou-se à votação o assunto em título.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – contrato de fornecimento de energia elétrica para a Escola EB1/JI de Dois Portos.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

----Tendo sido alcançado a hora regimental para o encerramento da sessão, o Presidente da Mesa, deu os trabalhos por encerrados, convocando a sua continuação para o dia 4 de Maio, para as

21.00h, e colocou à consideração da Assembleia Municipal a proposta do Sr. Presidente da Câmara para aditar um assunto ao agendamento, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

-----Pedi a aprovação da minuta da ata dos pontos discutidos, que foi aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO, PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2012.**-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria Ribeiro Neves, José António do Vale Paulos, , José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco Cruz Branco da Silva, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, José Manuel Cristóvão, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Inácio, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso Bernardino Eugénio Jorge e Guilherme Manuel Ferreira.-----

-----Faltaram os membros João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Rita João de Maya Gomes Sammer, Sérgio Armando Lopes Gomes, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca e Horácio Orlando da Silva -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

-----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino informou que tinha sido solicitado aos serviços aditar à presente agenda um assunto, tendo a Mesa da Assembleia reunido em conformidade. -----

-----Assim os dois pontos aditados seriam discutidos a seguir ao ponto 10, uma vez que também se referiam a assunção de compromissos plurianuais, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

-----De seguida deu início à reunião.-----

**PONTO 9 - AUTORIZAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – AQUISIÇÃO DE TERRENOS A MARIA TERESA MARÇAL – LINHAS DE TORRES VEDRAS – FORTE DE OLHEIROS E S. VICENTE, TENDO PRESENTE O DISPOSTO NO N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO LEI 197/99 DE 08.06, E NA ALÍNEA C) DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21.02, RESPECTIVAMENTE;-----**

-----Presente os ofícios número 4211 e 4727, da Câmara Municipal de 19 de Abril e 27 de Abril, respetivamente a remeter o processo de aquisição de terrenos referente a uma área de 20.533 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz rústica sob o art.º 62 da secção T da freguesia de S. Pedro e Santiago e descrita na Conservatória do registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5687/20060104, propriedade de Amadeu Gomes Marçal e Maria Teresa Alves dos Santos, pelo valor de €75.000,00-----

-----Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que referiu que e o terreno em causa destina-se à construção de um parque de estacionamento que sirva simultaneamente os fortes dos Olheiros e o de S. Vicente. -----

-----Mais informou que após negociação, foi aceite a condição do pagamento ser feito em prestações nos anos de 2012 a 2015, pelo que carece da aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----O **Sr. João Bastos** pediu a palavra, começando por dizer que compreende que a Câmara Municipal queira reservar uma área que futuramente possa ser necessária para estacionamento junto aos fortes. O local em causa parece-lhe adequado, apesar de na planta que foi lhes distribuída não permita verificar se está previsto lugares de estacionamento para os autocarros, que acha necessário.-----

-----No entanto e porque o que lhes cabe hoje ponderar é a situação actual, que traduz-se numa situação financeira muito complicada, questionou se é oportuno a aquisição deste terreno, e se não poderá ser protelada para mais tarde, em que a situação financeira fosse melhor, porque nunca teve dificuldade de estacionar junto aos fortes.-----

-----Disse ainda não compreender a razão de não ter sido disponibilizado aos membros um relatório de avaliação dos terrenos, e a razão de irem adquirir 20.533m<sup>2</sup>, quando só necessitam de 2.466m<sup>2</sup>.---

-----Depois de fazer as contas verificou que o terreno foi adquirido a €3,65/m<sup>2</sup> e uma vez que se localiza em verde urbano, que não permite edificação, também acha que a avaliação não está correcta. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que há grupos que estão sempre do lado do problema e nunca pelo lado da solução e o PSD caracteriza-se por isso. Conseguiu levantar uma série de problemas num assunto que não tem problema nenhum.-----

-----Lembrou que teve o cuidado de dizer que a Assembleia Municipal tem que se pronunciar sobre a repartição de encargos, pois a aprovação do negócio foi feito pelo Executivo Municipal, onde foi presente a avaliação do terreno o que para esta deliberação não fazia sentido, pois apenas têm que

deliberar sobre as prestações.-----

----Entende que os negócios fazem-se de oportunidades e a Câmara quis agarrar esta apesar de não precisarem já do terreno pois ninguém lhes garante que daqui a um ano consigam fazer este negócio.-----

----Relativamente à aquisição da totalidade do terreno informou que num processo de expropriação ninguém é obrigado a vender só uma parte do terreno e o proprietário pode requerer a expropriação total.-----

----No que concerne ao preço do metro quadrado apelou à memória do membro quanto à compra dos terrenos para a Avenida Poente para comparação. Confirmou que a avaliação do terreno foi feita e corresponde a €84.000,00.-----

----O **Sr. João Bastos** disse que os membros do PSD com assento neste órgão, são poucos, mas os eleitores que votaram neles esperam que eles façam oposição. Acha que o Presidente da Câmara tem que ter oposição e sempre ouviu que quanto mais fortes são as oposições mais fortes são os governos. -----

----Considera que neste assunto a opção da Câmara está a ser errada e quanto não ser necessário a Assembleia ter a avaliação do terreno lembrou que à Assembleia compete fiscalizar a gestão da Câmara Municipal.-----

----Disse também que conhece a lei das expropriações e o edil disse uma imprecisão, pois o proprietário de um terreno pode exigir a compra do terreno na totalidade se a parte que é preciso expropriar lhes estraga o terreno. O que a autarquia está a comprar é um “cantinho” nesse terreno. --

----Quanto à comparação com a expropriação para a Av. Poente assinalou que nem sequer o PDM estava em vigor, pelo que não havia o conceito de verde ecológico urbano.-----

----Concluindo, disse que não faz as suas intervenções porque está do contra, intervém porque lhe compete chamar a atenção para estas situações.-----

----Terminadas as intervenções passou-se à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 30 votos a favor, 2 abstenções e 5 votos contra autorizar a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual – aquisição de terrenos com uma área de 20.533 m2, inscrito na matriz rústica sob o art.º 62 da secção T da freguesia de S. Pedro e Santiago e descritos na Conservatória do registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5687/20060104, propriedade de Amadeu Gomes Marçal e Maria Teresa Alves dos Santos, pelo valor de € 75.000,00 a pagar em 4 prestações: aquando da realização da escritura - €25.000, em 2013 - €20.000, em 2014 - €15.000 e em 2015 - €15.000.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

**PONTO 10 – APROVAR ACORDOS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM FORNECEDORES, NOS TERMOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

-----Presente informação do Vereador da Área Administrativa e Financeira de 17 de Abril, a remeter a propostas de Acordos de Regularização de Dívida a celebrar com a Constradas, SA; Faculdade de Ciências e Tecnologia; Isovias, Sinalização Rodoviária, Lda, Valorsul, SA e Barraqueiro Transportes SA, que se consideram reproduzidos e estão arquivados em pasta própria dos documentos desta sessão. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que se pretende regularizar algumas dívidas através de um acordo de pagamento em prestações cuja duração está prevista em cada um dos casos. São contratos com algum prazo, cada um tem a sua especificidade e valores totalmente distintos, mas o objetivo é diminuir o passivo.-----

-----Tomou de seguida a palavra o *Sr. Luís Carlos Lopes* que disse entender o acordo feito com a Barraqueiro, tendo em conta o valor que está acumulado e estar a aumentar todos os dias devido aos transportes escolares.-----

-----Também nada tem a opor quanto aos acordos celebrados com a Valorsul, Constradas e a Isovias, no entanto acha estranho terem que dividir a verba de €64.357,10 referente à Faculdade de Ciências em prestações.-----

-----Considera que talvez hajam outros fornecedores com verbas superiores que não vão ser objecto de pronto pagamento e não sabe se há alguma razão especial de terem feito este acordo de regularização de dívida com a Faculdade de Ciências.-----

-----Em relação a todos os acordos acha que a Câmara Municipal pagar juros moratórios calculados com base na taxa indexada à euribor a 3 meses, acrescida de 5,5%/ano e serem pagos mensalmente no último dia útil de cada mês e calculados sobre os montantes em dívida nos 30 dias anteriores à data do pagamento dos juros, é bastante aceitável. -----

-----De seguida manifestou o seu desagrado com a clausula 6 que existe em todos os contratos, tendo em conta os 5,5% de taxa, que são valores fantásticos e não faz sentido, pelo que fez a seguinte proposta: ” O Grupo Municipal do PSD propõe a eliminação da clausula 6 “Se se verificar uma significativa degradação da conjuntura financeira, este município aceita como principio que a taxa de juro seja revista com o acordo das partes.”-----

-----O líder da bancada do PS *Sr. José Augusto de Carvalho*, disse que independentemente dos méritos da proposta do líder da bancada do PSD, e no pressuposto que estes acordos foram previamente negociados, neste momento não se lhe afigura pertinente acolhe-la.-----

-----No entanto pode ser reformulada em termos de recomendação ao Executivo no sentido de procurar evitar que de futuro clausulas desta natureza venham a integrar estes acordos de regularização de dívida.-----

-----O Líder da bancada da CDU, *Sr. Nozes Pires* disse concordar com o colega do PSD que de facto a citada clausula não devia constar nos acordos em apreço.-----

-----Entende que a argumentação do representante do PS também tem a sua razoabilidade, pois estes acordos já estão negociados. Se ficar como recomendação também subscreverá.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* explicou que quando na clausula 6 se fala na conjuntura financeira, não é a da Câmara Municipal, é a do país a que se referem, embora haja sempre interdependência nestes assuntos. -----

-----Fez notar que pode haver alteração da taxa de juro com acordo das partes, município e credor, ou seja sem acordo não há.-----

-----Também ninguém os obriga a fazer um acordo e perante uma situação destas o que podia acontecer no futuro é que nunca havia acordos para ninguém, e ficavam as dívidas a correrem, normalmente.-----

-----Por fim informou que trata-se de um contrato tipo, avalizado pela banca, porque o credor desconta logo e por isso é a própria banca que o exige.-----

-----Quanto ao valor do acordo da Universidade de Ciências está justificado pelas dificuldades que há em pagar estas quantias.-----

-----Pedi de novo a palavra o *Sr. Luís Carlos Lopes* dizendo que acolhe como boa a sugestão do Sr. José Augusto de Carvalho em reformular a sua proposta em recomendação.-----

-----Em relação à questão da Universidade, acha que não devem exagerar em acordos de pagamentos e se começarem a ir pela pequena monta, correm o risco de fazerem acordos para tudo e mais alguma coisa e de terem que realizar muitas Assembleia Municipal para os aprovar. -----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa, *Alberto Avelino*, submeteu à votação o ponto em epígrafe, com a seguinte recomendação:” De o Executivo procurar evitar que de futuro clausulas desta natureza (clausula 6 – “Se se verificar uma significativa degradação da conjuntura financeira, este município aceita como principio que a taxa de juro seja revista com o acordo das partes.”) venham a integrar estes acordos de regularização de dívida.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os acordos de regularização de dívida, a celebrar com a Constradas, SA; Faculdade de Ciências e Tecnologia; Isovias, Sinalização Rodoviária, Lda, Valorsul, SA e Barraqueiro Transportes SA., nos termos dos acordos que fazem parte integrantes desta deliberação.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

-----De seguida e de acordo com o deliberado no início da reunião, passou-se à discussão dois pontos aditados à agenda:-----

**CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA, NO ÂMBITO DO PROJETO OFICINA DOMICILIÁRIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO:**-----

-----Presente informação da Secção de Contratação Pública, datada de 19 de Abril, que se refere à aquisição de serviços a Rui dos Anjos pelo valor de €12.000,00 a ser pago em prestações mensais por o período de 12 meses, pelo que a despesa apresenta-se distribuída pelo ano de 2012 - €8.000,00 e 2013 - €4.000,00 e necessita da autorização deste Órgão Deliberativo.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do assunto, que decorre, tal como os quatro pontos anteriores da entrada em vigor da lei 8/2012.-----

-----O membro *Luís Carlos Lopes* disse nada saber do Sr. Rui dos Anjos e gostaria de saber a sua situação contratual anterior e a razão de ter que ser desta forma. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que o funcionário que assegura este serviço desde o seu início, tinha um contrato a termo certo, que a lei já não permite renovar e a opção encontrada foi esta.-----

-----Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual – aquisição de serviços, em regime de avença, no âmbito do projeto Oficina Domiciliária, a Rui dos Anjos pelo valor de €12.000,00 a ser pago em prestações mensais por o período de 12 meses, pelo que a despesa apresenta-se distribuída pelo ano de 2012 - €8.000,00 e 2013 - €4.000,00-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

**CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO:**-----

-----Presente ofício número 4985, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 3 do corrente, a solicitar nos termos legais a autorização deste órgão, uma vez que se prevê a distribuição da despesa para o ano de 2012 de €56.700,00 e para 2013 de €13.400,00.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma nota introdutória deste programa que irá apoiar cerca 70 famílias carenciadas suportando uma parte do valor da renda mensal, tratando-se de uma repartição de encargos entre 2012 e 2013.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que o Grupo Municipal do PSD estava de acordo com este apoio de carácter social a que se refere o programa de apoio ao arrendamento.-----

-----Disse ter ideia que os apoios eram anuais, pelo que solicitou os devidos esclarecimentos.-----

-----O *Sr. Presidente Câmara* informou que o programa mantém-se como era, por um ano, mas como tem o seu início em Maio acaba no mês de Abril do ano seguinte.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação a autorização em título.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para

assunção do compromisso plurianual – Programa de Apoio ao Arrendamento, para distribuição da despesa estimada para o ano de 2012 de €56.700,00 e para 2013 de €113.400,00-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

**PONTO 11 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO PARA A CRIAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA DAS SERRAS DO SOCORRO E ARCHEIRA, DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:**-----

-----Presente ofício número 2341, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 5 de Março último a remeter o processo em título de acordo com a deliberação do Executivo de 28.02.2012.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que a criação desta área está prevista no PDM de Torres Vedras como área natural de valor paisagístico e a sua demarcação é um dos objetivos do programa ECO XXI, do qual a autarquia é parceiro ativo, dando-se assim um passo importante para a preservação e conservação desta área, para além de uma referencia futura para outras áreas que existem no concelho serem demarcadas-----

-----Iniciou a discussão deste ponto o *Sr. Nozes Pires*, questionando como se vai processar a fiscalização física e humana deste espaço, uma vez que não se apercebeu que consta no regulamento.-----

-----Começando logo por dizer que o grupo municipal do PSD iria votar a favor o *Sr. João Bastos* observou que demarcação da área em causa está mais precisa na planta do PDM do que a que acompanha o regulamento em discussão.-----

-----O *Sr. Rui Prudêncio* saudou em nome do Grupo Municipal do PS a Câmara Municipal, pela iniciativa, fundamentalmente pela pertinência do ato, também porque ao invés de outros governantes que parece que só tem a preocupação de encontrar formas de dificultar, de fechar, limitar o acesso, a CMTV preocupa-se em, gerir de uma forma sustentável o território torriense.-----

-----Assim consideram que a área de paisagem protegida em causa deverá constituir-se como uma área demonstrativa de uma gestão que encontra soluções compatíveis entre as actividades humanas agrícolas, florestais, energéticas, o ambiente e a paisagem e pretende-se que seja uma área de referencia de atrativos turísticos da região e do concelho.-----

-----Consideram também importante proceder à criação desta área protegida porque entendem ser um factor relevante para o desenvolvimento sustentável do município de Torres Vedras.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que no regulamento não consta a fiscalização, porque se entende não ser necessário estar expressa, pois enquadra-se na fiscalização geral. Lembrou que a Câmara Municipal na área do ambiente possui cinco sapadores municipais e dois fiscais que terão essa tarefa.-----

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o regulamento em apreço.--

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de regulamento para a criação da Área Protegida das serras do Socorro e Archeira.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

**PONTO 12- TOMAR CONHECIMENTO DO INÍCIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE TRÊS PARCELAS DE TERRENO:**-----

-----Presente ofício número 3936, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Abril, a remeter para conhecimento, os processos administrativos tendentes à desafetação do domínio público, da parcela de terreno com área de 3.190 m<sup>2</sup>, sita em Casal Ventoso, Santa Cruz, freguesia de A-dos-Cunhados, a fim de construir um equipamento no âmbito da candidatura Ecourbe, da parcela de terreno com área de 7009,20m<sup>2</sup>, sita em Gibraltar, freguesia de Ponte do Rol, a fim de permitir a ampliação do cemitério de Ponte do Rol e de uma parcela de terreno com a área de 72m<sup>2</sup>, sita em Vale nogueira, freguesia de Silveira, a fim de regularizar o acesso a uma propriedade particular.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que, quando no início do mandato a Assembleia deliberou sobre este assunto, assumiu o compromisso de dar conhecimento a este órgão quando fosse iniciado um processo de desafetações do domínio público, e deu nota das parcelas em causa.-----

-----O *Sr. João Bastos* questionou se é na altura que o dono do terreno com o alvará de loteamento regista os lotes na Conservatória que por sua vez a Câmara Municipal regista a áreas de equipamento cedidas para domínio privado da autarquia.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os terrenos que são oriundos de cedências entram sempre no domínio público da autarquia e são registados como tal, significando que os pode utilizar para proveito próprio, mas têm que passar para o domínio privado para poderem ser transacionados e tem que haver este processo administrativo de desafetação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PONTO 13 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.**-----

-----Presente informação referente à actividade do município, de fevereiro, março e abril de 2012 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 18 de abril é €5.408.164,24 e o saldo de tesouraria € 1.742.886,25.-----

-----A *Sra. Susana Neves* deu uma palavra de apreço por toda a actividade municipal destes 3 meses elencada, onde verificou um cruzamento de muitos vetores de intervenção, começando por salientar o valor do principio da subsidiariedade no projecto “Horta Viva”. -----

-----Salientou também o principio da saúde ativa, no projecto da Cozinha Saudável e na Feira da

Saúde, uma ética relacional inclusiva, no “Curso de Empreendedorismo para Imigrantes” e no seminário “ Rede CIVITAS”. Igualmente comporta uma ética de cidadania com a formação no âmbito da juventude “ Direitos do Homem, do Cidadão e da Criança”.

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão** manifestou o seu agrado com a obra de construção de esgotos na freguesia que preside e que estão quase prontos, mas manifestou o seu desagrado com a atuação da Águas do Oeste SA, uma vez que não há tampas de esgotos, há desmoronamentos de terra e há estradas a necessitar de ser repavimentadas.

-----O **Sr. João Bastos** interveio para questionar sobre o ponto de situação da ciclovia em Torres Vedras. Lembrou que era um programa mais vasto que incluía bicicletas para utilizar, e que ainda não viu nenhuma bicicleta a circular na ciclovia.

-----O autarca da Ponte de Rol **Pedro Vasa**, começou por aludir às palavras do edil sobre as refeições escolares, para dar nota que a freguesia que preside tem prejuízo e não tem a certeza se para o próximo ano escolar com o sistema que agora têm, conseguem assegurar este serviço.

-----Lembrou que praticamente todas as ruas da Ponte do Rol necessitam de ser alcatroadas, inquirindo qual a previsão temporal para que seja concretizado.

-----Relativamente às escolas têm feito um grande esforço para transportar os alunos, todos os dias, várias vezes ao dia, mas estão a sentir alguns problemas, nomeadamente com os motoristas, uma vez que os que prestavam este serviço terminaram os contratos que não puderam ser renovados, pelo terão de fazer novo concurso e vão ter que os formar novamente.

-----Referenciou também os problemas que surgiram com o empreiteiro do Centro Educativo da Ventosa, que também se tem verificado noutras obras da autarquia, para indicar que terão que tentar um modelo diferente. Gostaria de saber o que vão fazer quanto à nova escola da Ponte do Rol, uma vez que têm centenas de alunos a serem transportados em carrinhas.

Relativamente à Carvoeira o **Sr. Presidente da Câmara** disse saber que foram adjudicadas reparações recentemente, mas não sabe quando serão executadas.

-----Indicou ainda que não vislumbra grande futuro para a Águas do Oeste, pois no dia anterior em reunião com a Águas de Portugal foi anunciado que esta sociedade integrará um novo sub-sistema até Setembro de 2013 pelo que até lá estarão em gestão corrente.

-----Relativamente à ciclovia informou que o concurso para aquisição das bicicletas está a decorrer, mas sabe que tem problemas e não tem a certeza que não terá que ser iniciado novo procedimento.

-----Sobre as preocupações manifestadas com a Educação pelo autarca da Ponte do Rol, disse que são partilhadas pela autarquia, e também não sabe como irão resolver os problemas.

-----Sabe que está agendada na próxima reunião da OesteCim uma proposta para as Câmaras Municipais renunciarem às delegações de competências que o governo fez relativamente à Educação, transportes, refeições e AECs, uma vez que nestas condições as Câmaras não têm

condições de assegurar estes serviços e alguma coisa tem que ser feita.-----

----No tocante às escolas novas, tal com o autarca também não sabe o que irá acontecer, mas sabe que a Câmara tem ao dia de hoje dois projetos de escolas prontos, que são a da Ponte do Rol e a de Campelos, mas sem QREN as autarquias não tem condições de avançar.-----

----Mais informou que à data não sabem que QREN irão ter e o que se diz é que esta pausa é para “rapar” as verbas que lá estavam para por tudo no bolo do “Alqueva”.-----

----Entende que se isto acontecer é lastimoso para todos. Mas espera que a linha de financiamento QREN abra para centros educativos e que as condições das candidaturas sejam claras, pois Torres Vedras tem projetos prontos para concorrer.-----

----No que concerne ao alcatroamento da Ponte do Rol, informou que o que está previsto é a variante do Alto do Seixinho com início na segunda quinzena de Maio e é esse que irão fazer.-----

----Pedi para intervir o **Sr. Luís Carlos Lopes**, que reportando-se à informação financeira, fez que algumas contas parecendo-lhe que o município está cerca de €3.000.000 acima do limite de endividamento líquido total, solicitando alguns esclarecimentos.-----

----A **Sra. Maria Quina** questionou o Presidente da Câmara se já tinha alguma novidade sobre os hospitais de Torres Vedras e do Barro.-----

----De novo no uso da palavra o **Sr. Pedro Vasa**, referiu-se aos esclarecimentos do edil sobre as escolas para dizer que a Ponte do Rol não teve a sorte de ver cumprido a carta escolar do Concelho de Torres Vedras.-----

----Sobre o alcatroamento, questionou se é só o da Variante do Alto do Seixinho que está previsto, pois este troço foi alvo de empréstimo já há muito tempo e já deveria estar feito. Lembrou que a Rua D. Dinis está em péssimo estado.-----

----A **Sra. Claudia Ferreira** deu nota que foram atribuídas hoje nove bandeiras azuis ao município de Torres Vedras, o que é de louvar pois é fruto de um trabalho e de um esforço de ter as praias do concelho cada vez com mais e melhor qualidade. Acredita que irá fazer com que o Verão seja mais concorrido e que os turistas ocorram mais à nossa costa.-----

----Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que reportando-se à questão do endividamento, disse ter a noção que as contas não se fazem assim, mas o Sr. Vereador explicará de seguida.-----

----No que se refere ao hospital, informou que não há respostas, há muitas cartas que foram enviadas para todas as entidades todas as semanas para manter o assunto vivo, mas não há respostas.-----

----Confirmou que é só o troço da variante do Alto do Seixinho que está adjudicada e terão que tentar chegar à Rua D. Dinis.-----

----De seguida e ao abrigo do n.º 3 do art.º 47.º da lei 169/99, de 19.08, na sua atual redação solicitou ao **Sr. Vereador Sérgio Galvão** que prestasse os esclarecimentos em falta.-----

-----O Vereador esclareceu que a soma feita pelo membro Luís Carlos Lopes estava certa, a formula de calculo é que não pois, há muitas contas do ativo que entram no calculo do endividamento líquido total, assim como do passivo, assegurando e a Câmara Municipal de Torres não está a exceder esse limite.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes**, no sentido de não cometer erros similares, disse que gostaria de saber como é que essas contas são feitas e que lhes fossem disponibilizadas as formulas para esse efeito.---

-----Ficaram a saber que estão com dificuldades com os empreiteiros em certas obras, pelo que questionou sobre a requalificação do largo de S. Pedro e das outras obras do município.-----

-----Também questionou sobre o ponto de situação da Variante de A-dos-Cunhados e dos terrenos adjacentes ao Mercado Municipal .-----

-----Foi dada novamente a palavra ao **Vereador Sérgio Galvão** que deu uma informação complementar sobre a formula para o calculo do endividamento líquido.-----

-----Seguidamente o **Sr. Presidente da Câmara** informou que é fácil fazer o ponto de situação das obras pois não há nenhuma que não tenha dificuldade. Nos dias que correm a grande preocupação não é tanto nos prazos ou na qualidade mas se o empreiteiro está lá a trabalhar.-----

-----A empreitada do Centro Educativo da Ventosa é a situação mais preocupante. Já encetaram contatos com o empreiteiro no sentido de ele fazer a cedência da sua posição contratual. A economia não funciona, não há confiança no mercado.-----

-----Prosseguiu indicando que em todas as obras passa-se esta situação e no largo de S. Pedro têm um bom sub-empreiteiro, mas têm um empreiteiro que manda andar mais devagar. Não vale a pena a autarquia pressionar porque eles param de trabalhar. Já pediram uma prorrogação de prazo para conclusão da obra que irá ser presente a reunião de Executivo na próxima semana.-----

-----Relativamente à obra da Cooperativa de Comunicação e Cultura, informou que foi adjudicada por um empreiteiro do norte que não encontra na zona um sub-empreiteiro disponível.-----

-----No que se refere à Variante de A-dos-Cunhados já têm um projeto alternativo, mas de momento não há disponibilidade financeira para avançar.-----

-----Quanto aos terrenos adjacentes ao Mercado Municipal e à ação em Tribunal informou que o empreiteiro já se entendeu com uma terceira entidade que aceita o contrato com a Câmara Municipal e existem condições reais e objetivas para se avançar. -----

-----Aproveitou para agradecer à bancada do PSD, pois é muito lesta nos recados que envia, e finalmente hoje já lhe marcaram reunião com o deputado Barreiras Duarte.-----

-----Relativamente à Pousada da Juventude informou que já recebeu uma contraproposta por parte da tutela, mas não gostou do conteúdo. Já deu conhecimento a todos os Vereadores, pois eles querem que a Câmara assuma todos os prejuízos, mas que o eventual lucro reverta a favor da Movijovem, o considera um contrato leonino.-----

-----Julga que os convenceu a fazer uma visita ao local, a deu os seus agradecimentos pelos recados do PSD, lamentando que o representante do CDS não esteja presente para mandar recado à Ministra do Ambiente para resolverem o problema do Pólis. -----

-----O *Sr. Jorge Ferreira* pediu a palavra para saudar a intervenção do membro Luís Carlos Lopes concretamente às questões sobre as obras, e do efeito fiscalizador que é de salutar na oposição nesta Assembleia Municipal.-----

-----Também enalteceu a sua capacidade de sofrimento e a tenacidade com que coloca as questões, em nome da bancada do PSD, assim como a coragem que demonstra em se bater empenhadamente junto das entidades competentes, nomeadamente das que administram o QREN, para que possam trazer os respectivos envelopes financeiros e levar essas obras a cabo, em benefício de Torres Vedras.-----

-----O *Sr. Luis Carlos Lopes* agradeceu mas disse que todos fazem o seu melhor e fica contente por ter havido por parte da tutela resposta sobre a Pousada da Juventude, ainda que esta não seja a que o edil pretendia, mas pelo menos há negociação. Manifestou também a sua satisfação por o deputado parlamentar ter vindo a “jogo”.-----

-----Disse ainda que, no que se refere ao Centro Hospitalar de Torres Vedras, assunto que muito o preocupa, tem feito um esforço junto da tutela política a quem vai tentar continuar a sensibilizar pois são estes que decidem em última análise, que nem Caldas da Rainha, nem Torres Vedras tem capacidade de ficar com todo o serviço, por isso tem que ser resolvida a questão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 23.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---